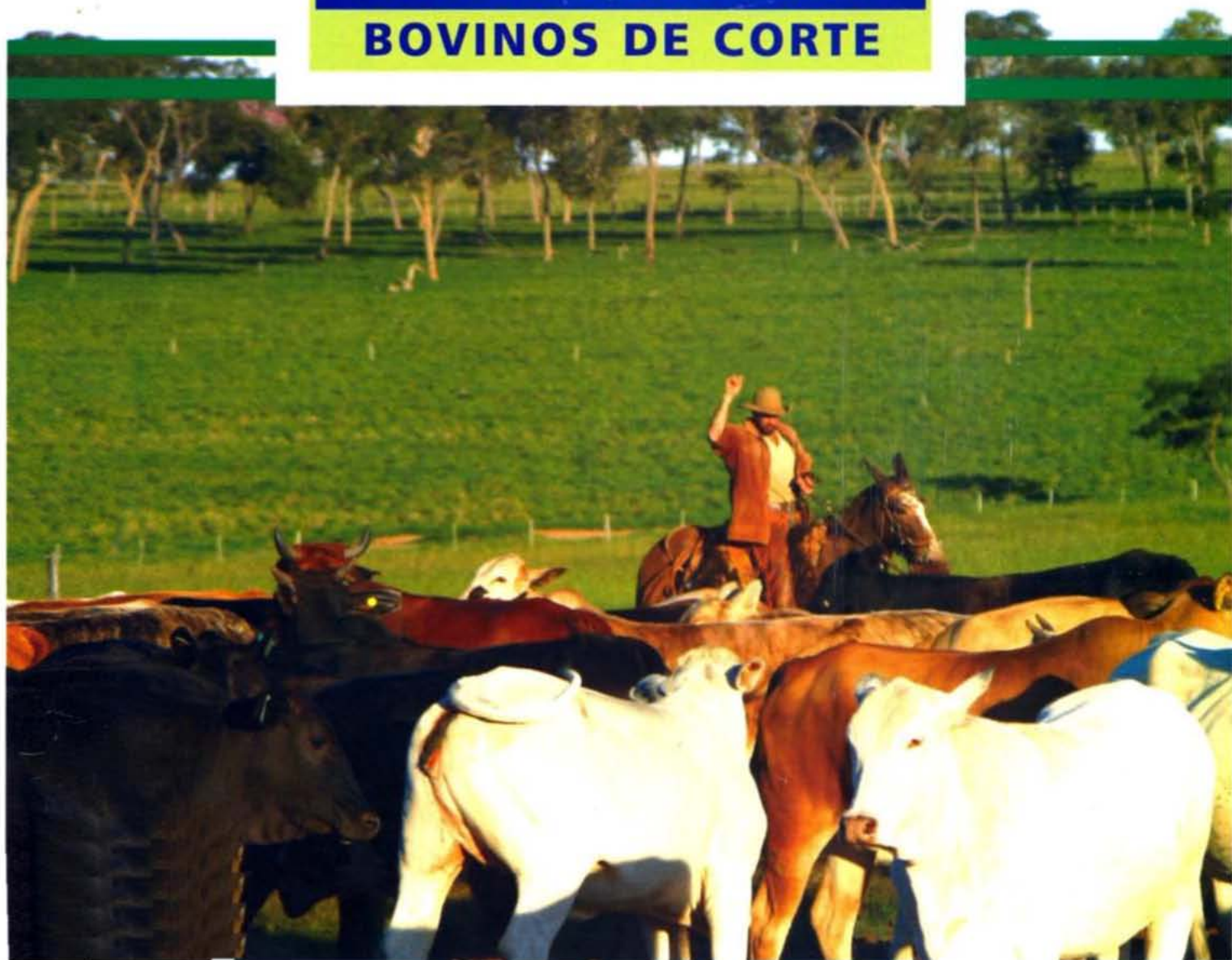
Integrante do Programa Embrapa Carne de Qualidade

BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS

BOVINOS DE CORTE

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Gado de Corte
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Embrapa Gado de Corte
Campo Grande, MS
2006

Embrapa Gado de Corte
Rodovia BR 262 Km 4, CEP 79002-970 Campo Grande, MS
Caixa Postal 154
Fone: (67) 3368 2064
Fax: (67) 3368 2180
http://www.cnpgc.embrapa.br
E-mail: sac@cnpgc.embrapa.br

Supervisor editorial: *Ezequiel Rodrigues do Valle*
Revisor de texto: *Lúcia Helena Paula do Canto e Ecila Carolina Nunes Zampieri Lima*
Normalização bibliográfica: *Maria Antonia M. de Ulhôa Cintra*
Editoração eletrônica: *Luiz Antonio Dias Leal e Paulo Roberto Duarte Paes*
Fotos: *Antônio José de Oliveira - Fazenda Sonho Real (Terenos, MS), Maria Luiza Nicodemo, Ezequiel Rodrigues do Valle, Josimar Lima do Nascimento, Banco de Imagens da Embrapa Gado de Corte.*

1ª edição
1ª impressão (2006): 1.000 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Gado de Corte.

Boas práticas agropecuárias - bovinos de corte / Editor técnico Ezequiel Rodrigues do Valle.
Campo Grande, MS : Embrapa Gado de Corte, 2006.
82 p.; 27,5 cm.

ISBN 85-297-0203-4

1. Bovino de corte - Produção. 2. Bovino de corte - Manejo. 3. Administração rural. I. Valle, E. R. do. II. Embrapa Gado de Corte (Campo Grande, MS). III. Câmara Setorial Consultiva da Bovinocultura e Bubalinocultura do Estado de Mato Grosso do Sul. IV. Título.

CDD 636.213 (21. ed.)

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos o Brasil alcançou excelentes índices de produção e exportação de carne bovina. Este sucesso da pecuária de corte se deve, dentre outros fatores, à qualidade do sistema produtivo nacional e à confiança crescente no conceito de alimento saudável, especialmente pela produção de carne de qualidade.

Ao longo de sua história, a Embrapa tem sido pioneira na geração de soluções e inovações tecnológicas para a cadeia produtiva da pecuária bovina, respondendo sempre às crescentes demandas por resultados e tecnologias. É neste cenário que, mais uma vez na dianteira das necessidades da cadeia produtiva, lançamos o manual de Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte.

Fruto do esforço coletivo da parceria da Embrapa com várias instituições públicas e privadas do País, este manual vem contribuir para sanar uma lacuna importante, a transferência de conhecimentos e técnicas para o sistema de produção da pecuária bovina de corte.

Apesar das inúmeras tecnologias disponíveis, o sistema produtivo da pecuária bovina não se mantém sustentável sem a gestão ambiental da propriedade, sem a correta formação e manejos das pastagens, sanitário, zootécnico e reprodutivo, sem instalações adequadas e, muito menos, sem a gestão econômica, financeira e social do empreendimento rural. Com esse propósito o manual foi estruturado para transmitir, de forma clara e objetiva, a técnicos e profissionais que lidam com a bovinocultura de corte, os conceitos, normas, procedimentos, práticas e as bases legais essenciais para a produção de carne bovina no País.

A adoção das boas práticas agropecuárias contribui para que o incremento da produção de carne bovina ocorra de maneira cada vez mais sustentável, econômica, social e ambientalmente correta. Adicionalmente, colocará o Brasil no seleto mercado de produtor de alimento saudável e de qualidade superior, livre de restrições não-tarifárias e outras imposições do comércio mundial. Com esses princípios em prática será possível atender aos diferentes e exigentes mercados nacional e externo.

Rafael Geraldo de Oliveira Alves
Chefe-Geral da Embrapa Gado de Corte

PREFÁCIO

Tomando por base o crescimento da bovinocultura de corte, que vem assumindo forte liderança na economia nacional e também no mercado mundial de carnes, Mato Grosso do Sul, Estado que possui o maior rebanho bovino do País com cerca de 24,5 milhões de cabeças, deu o pontapé inicial e produziu o manual de "Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte", um instrumento destinado a orientar o produtor como produzir para a indústria e para o mercado consumidor, em sistemas produtivos sustentáveis.

A adoção das Boas Práticas tem como objetivo principal garantir a produção de alimentos seguros e com atributos de qualidade e que atendam aos interesses dos grandes mercados. O Brasil já avançou muito no que tange a capacidade de produzir alimentos com segurança alimentar. Constantemente novas exigências surgem para que esses produtos possam ser comercializados em mercados abrangentes como o da União Européia e dos Estados Unidos.

Apostando num projeto que está dando certo, e com a expectativa que toda a cadeia produtiva adote essa iniciativa, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria de Estado da Produção e do Turismo apóiam o Programa de Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte e o lançamento do novo manual para os demais Estados do Brasil. A nacionalização dessa ferramenta possibilitará a padronização da produção brasileira, a garantia da oferta de alimentos seguros e fazendo com que toda cadeia produtiva seja socialmente justa, ambientalmente correta e economicamente viável.

José Antônio Felício

Superintendente Federal da Agricultura - SFA/MS

João Crisostomo Mauad Cavalléro

Secretário de Estado da Produção e do Turismo - Seprotur

HISTÓRICO

O primeiro manual de "Boas Práticas Agropecuárias Bovinos de Corte" foi editado pela Câmara Setorial da Bovinocultura e Bubalinocultura do Mato Grosso do Sul, em fevereiro de 2005, tendo como referência o documento "Boas Práticas na Produção de Bovinos de Corte", produzido pela Embrapa Gado de Corte em 2002. Participaram na elaboração deste manual todas as entidades ligadas a cadeia da carne bovina, que compõe esta Câmara Setorial, com o objetivo de informar e conscientizar os produtores rurais sobre as novas demandas de mercado

Em 30 de maio de 2005 foi lançado, oficialmente no Mato Grosso do Sul, o "Programa de Boas Práticas Agropecuárias Bovinos de Corte" pela Câmara Setorial em conjunto com a Embrapa Gado de Corte, Embrapa, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Estado da Produção e Turismo, Superintendencia Federal da Agricultura, Agencia Estadual de Vigilancia Sanitária Animal e Vegetal, Federação de Agricultura e Pecuária-Famasul, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Senar, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e as demais entidades da iniciativa privada que apoiam a iniciativa.

De junho de 2005 a agosto de 2006 foram realizados, pela Embrapa Gado de Corte e pelo Senar, 16 cursos de atualização em Boas Práticas Agropecuárias para capacitação de técnicos, sendo seis cursos para multiplicadores e dez para indutores, com um total de 126 e 133 técnicos habilitados, respectivamente. As primeiras propriedades rurais iniciaram o processo de adesão ao Programa, a partir de abril de 2006.

A segunda edição do manual de "Boas Práticas Agropecuárias Bovinos de Corte" editado pela Embrapa Gado de Corte e pela Câmara Setorial da Bovinocultura e Bubalinocultura de Mato Grosso do Sul incorpora as sugestões recebidas durante os cursos já realizados, bem como as contribuições do Programa PAS-Campo (Produção de Alimentos Seguros-Campo) e da Organização Pan-Americana da Saúde. Para auxiliar no processo de transferência de informações e na avaliação da implantação das normas e dos procedimentos em Boas Práticas, essa versão inclui também, no final da publicação, uma lista de verificação.

Procurou-se na presente edição atender a todos os Estados brasileiros, que têm a pecuária de corte como uma das suas principais atividades geradoras de renda e empregos. As informações aqui contidas visam assegurar a qualidade e a segurança dos alimentos, ao mesmo tempo em que atendem às demandas de mercado, principalmente do nacional, por sistemas produtivos que valorizam a responsabilidade social, respeitam os bons tratos com os animais, são ecologicamente corretos e economicamente viáveis. As demandas de vários países poderão ser atendidas em grande parte pelos procedimentos aqui mencionados, quando o Programa incluir um processo de certificação.

Ezequiel Rodrigues do Valle
Editor Técnico

CORPO TÉCNICO

Editor técnico

Ezequiel Rodrigues do Valle, Engenheiro Agrônomo, Embrapa Gado de Corte
Coordenador Projeto Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte - Embrapa
Coordenador da Câmara Setorial da Bovinocultura e Bubalinocultura de Mato Grosso do Sul

Autores

Adriana Aparecida de Lima, Zootecnista, bolsista CNPq, Embrapa Gado de Corte
Alfredo Vera Escalante, Médico-Veterinário, Senar / MS
Anderson Orlando Cesconetto, Engenheiro Agrônomo, Famasul
Eneida Maria de Rosa Silva Dacal, Médica-Veterinária, Iagro/ MS
Ezequiel Rodrigues do Valle, Engenheiro Agrônomo, Embrapa Gado de Corte
Fernando Paim Costa, Engenheiro Agrônomo, Embrapa Gado de Corte
Homero José Figliolini, Economista, Abpo / MS
Humberto José dos Santos, Engenheiro Florestal, Sema / Imap / MS
Orasil Bandini, Médico-Veterinário, SFA / MS

Revisores técnicos

Ademir Hugo Zimmer, Engenheiro Agrônomo, Embrapa Gado de Corte
Cláudio de Sá Earp, Engenheiro Agrônomo, Seprotur, MS
Eduardo Simões Corrêa, Engenheiro Agrônomo, Embrapa Gado de Corte
Julio Pompei, Médico-Veterinário, Centro Pan-Americano de Febre Aftosa
Eli Antonio Schiffler, Engenheiro Agrônomo, Embrapa Pecuária Sudeste
Enrique Perez, Médico-Veterinário, Centro Pan-Americano de Febre Aftosa
Manuel Antonio Chagas Jacinto, Ecólogo, Embrapa Gado de Corte
Mauricio Sarto, Engenheiro Agrônomo e Advogado, Sindicato Rural de Rio Verde / MS
Marivaldo Miranda, Médico-Veterinário, Seprotur / MS
Pedro Paulo Pires, Médico-Veterinário, Embrapa Gado de Corte
Raul Osório Rosinha, Engenheiro Agrônomo, Embrapa Transferência de Tecnologia, PAS-Campo
Rodiney de Arruda Mauro, Biólogo, Embrapa Gado de Corte
Rodrigo Amorim Barbosa, Engenheiro Agrônomo, Embrapa Gado de Corte
Sergio Novita Esteves, Médico-Veterinário, Embrapa Pecuária Sudeste
Sérgio Raposo de Medeiros, Engenheiro Agrônomo, Embrapa Gado de Corte
Thaís Basso Amaral, Médica-Veterinária, Embrapa Gado de Corte
Victor Saraiva, Médico-Veterinário, Centro Pan-Americano de Febre Aftosa

SUMÁRIO

• • • Introdução

A bovinocultura de corte tem se destacado na economia nacional e vem assumindo posição de liderança no mercado mundial de carnes. O Brasil possui hoje o maior rebanho comercial do mundo; é o segundo maior produtor mundial de carne bovina, com cerca de oito milhões de toneladas, e a partir de 2003 passou a ser o primeiro exportador mundial, com destaque tanto no comércio de carnes frescas como no de industrializadas.

Diversos fatores foram determinantes para a conquista da liderança brasileira no comércio internacional da carne bovina. Em primeiro lugar, podem-se destacar as ações desenvolvidas em prol da erradicação da febre aftosa que resultaram na melhoria da percepção de qualidade do produto pelos países importadores. Outra característica adicional de valorização foi a constatação da produção de alimento seguro, uma vez que a maior parte do rebanho brasileiro é alimentada em pasto. Outros fatores, como solo, clima e recursos humanos, passaram a constituir vantagens comparativas que, somadas à extensão territorial, têm permitido ao País oferecer, aos mercados nacional e externo, carne bovina de alta qualidade, em volumes crescentes e a preços competitivos. Além desses fatores, as iniciativas de rastreamento da carne bovina destinada à exportação, especificamente para a União Européia, têm contribuído de maneira significativa para o atendimento das expectativas dos consumidores internacionais, quanto à segurança dos alimentos.

Para assegurar a qualidade e a segurança dos alimentos, grupos de consumidores, organizações não governamentais (ONGs) e redes de supermercados, ligadas ao comércio nacional e internacional de carnes, têm exigido dos seus fornecedores a implantação de processos de controle de qualidade, certificando que os produtos ofertados estão de acordo com as normas e exigências do mercado. Destes, pode-se destacar o sistema Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), conhecido internacionalmente como HACCP. Os princípios desse Sistema, além de garantir a produção de alimentos seguros à saúde do consumidor, são também utilizados nos processos de melhoria da qualidade do produto final, em vários países. Ele tem como pré-requisito a implantação das Boas Práticas no campo, como também na indústria e nos demais elos da cadeia produtiva da carne bovina. Outra exigência de mercado, além da qualidade do produto, refere-se à sustentabilidade dos sistemas produtivos, ou seja, aqueles que respeitam as leis ambientais são socialmente justos, economicamente viáveis e proporcionam bons tratos para com os animais.

Um dos principais objetivos desta publicação é o de conscientizar os produtores rurais sobre a necessidade de se disponibilizarem para o mercado consumidor, alimentos seguros com atributos de qualidade de interesse do consumidor e com preços acessíveis e garantir assim a inserção definitiva e a manutenção do Brasil no mercado mundial de carnes. A implantação voluntária das Boas Práticas Agropecuárias (BPA) irá também possibilitar a identificação e o controle dos diversos fatores que

influenciam o processo produtivo, tornando-o mais competitivo e seguro, ampliando as possibilidades de conquista de novos mercados, além de propiciar a redução de perdas de matéria-prima e do produto final.

A inserção definitiva das carnes brasileiras na economia mundial e seu fortalecimento no mercado interno vão depender da assimilação desses conceitos pelos diferentes elos da cadeia produtiva e da sua agilidade em atender, em tempo hábil, essas novas demandas. Se aplicadas corretamente, as Boas Práticas Agropecuárias, além de úteis, deverão representar um passo importante para se obter o controle efetivo da qualidade para a certificação do produto final.

As informações aqui contidas atendem, de maneira geral, as principais demandas para a produção sustentável de um alimento seguro visando tanto ao mercado externo como ao nacional. No entanto, para contemplar demandas específicas, de outros países, devem-se consultar as certificadoras credenciadas para esses mercados.

Gestão econômica e financeira

Trata da gestão, gerência e administração, que são sinônimos, e suas quatro funções: planejamento, organização, direção e controle. Uma gestão adequada exige que todas essas funções sejam exercitadas em um nível mínimo, aplicadas às diversas áreas funcionais da empresa.

Importância - As grandes transformações socioeconômicas, políticas, culturais e tecnológicas ocorrentes em escala mundial aumentaram a complexidade da atividade agropecuária e, por conseguinte, dos processos de tomada de decisão nesse setor. Esse ambiente exige do proprietário rural, habilidades gerenciais que permitam implantar sistemas de gestão capazes de assegurar maior acerto na tomada de decisões e melhor desempenho econômico e financeiro do negócio.

Diretrizes relacionadas com as funções administrativas

Para que uma fazenda atenda os requisitos mínimos de gerência, as seguintes ações devem ser desenvolvidas:

a) Planejamento: compreende a definição de objetivos, metas e ações voltadas para sua consecução. No início de cada ano deve-se:

- Prever receitas e despesas.
- Programar investimentos.
- Estabelecer cronograma de investimentos.
- Estabelecer calendários de manejo reprodutivo, alimentar e sanitário.

b) Organização: a organização trata de estabelecer as relações entre funções, pessoal e fatores físicos.

c) Direção: é a coordenação das ações desejadas, via emissão de ordens e estratégias de motivação. Suas ações são:

- Preparar e expor, com clareza e visibilidade, quadros-murais e cronogramas de execução das tarefas relativas ao manejo reprodutivo e sanitário do rebanho e ao manejo das pastagens.
- Cobrar as ações previstas, delegando responsabilidades, definindo atribuições e recompensas e cobrando resultados dos empregados.
- Atender todas as exigências legais de ordem trabalhista, fiscal, sanitária e ambiental, destacando-se:

  - Trabalhista: assinar carteira de trabalho, recolher encargos, pagar férias e 13º salário, emitir e fazer assinar recibos de pagamentos.

- Fiscal: atender exigências das autoridades tributárias federais e estaduais.

- Sanitária: vacinar e declarar ações de controle da aftosa e da brucelose.

- Ambiental: atender as exigências relacionadas com as áreas de preservação permanente, reserva legal, licenciamento ambiental e de disposição de resíduos.

d) **controle**: corresponde ao acompanhamento das atividades, confrontando-as com os planos desenvolvidos e corrigindo as falhas identificadas. Deve-se:

- Registrar e manter atualizadas as fichas zootécnicas (controle do rebanho e controle sanitário).

- Manter o registro de todos os insumos utilizados na propriedade, tais como vacinas, medicamentos, defensivos agrícolas, fertilizantes e suplementos alimentares, anotando data de aquisição, fabricante e validade.

- Registrar as receitas e as despesas (caderno ou planilha eletrônica).

- Consolidar receitas, despesas e resultados para os meses e o ano.

Recomendações

- Ter um planejamento de desenvolvimento formal contendo objetivos, meios para alcançá-los, responsabilidades e cronograma de execução (ver anexo 1).

- Selecionar e treinar empregados para que estes reconheçam com clareza suas funções, responsabilidades e recompensas.

- Possuir instalações e equipamentos adequados à escala e à tecnologia do sistema de produção.

- Dispor de instrumentos de controle, como fichas zootécnicas e livro-caixa, que podem ou não ser informatizados.

- Apurar o custo de produção e as margens (margem bruta e margem operacional, entre outras), avaliando o desempenho econômico da atividade. Também é interessante calcular indicadores financeiros, com base no balanço anual, o que dá uma idéia da "saúde" do negócio.

- A informatização da fazenda é desejável, mas deve ser implantada gradualmente, a partir de processos manuais consolidados.

Função social do imóvel rural

Trata do atendimento a critérios e exigências estabelecidas em lei nas áreas social, ambiental e de produtividade do imóvel rural.

Importância - Além de ser uma demanda de mercado, o não cumprimento da função social do imóvel rural poderá torná-lo vulnerável à desapropriação para fins de reforma agrária, segundo o art. 184 da Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

A função social é cumprida quando a propriedade rural possui índices de produtividade compatíveis com a região e infra-estrutura, utiliza adequadamente os recursos naturais disponíveis, respeita o meio ambiente e atende as legislações sociais e trabalhistas.

Diretrizes relacionadas com a função social do imóvel rural

- **Área social**
  - Elaborar contrato de trabalho e registrar em carteira todos os funcionários.
  - Não utilizar trabalho infantil e/ou escravo.
  - Efetuar o recolhimento das contribuições ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
  - Proporcionar aos empregados, moradias em boas condições de habitação.
- **Área ambiental**
  - Averbar a Reserva Legal na matrícula da propriedade junto do Cartório de Registro de Imóveis.
  - Implantar um projeto de recuperação, regeneração ou compensação da Reserva Legal caso esta não exista.
  - Proteger integralmente da ocupação e do uso as áreas de preservação permanente (matas ciliares, várzeas, encostas com mais de 45°).
- **Índice de produtividade**

O índice de produtividade é avaliado mediante o cálculo do Grau de Utilização da Terra (GUT) e do Grau de Eficiência na Exploração (GEE):

GUT: refere-se à utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e conservação do meio ambiente.

GEE: refere-se ao aproveitamento racional e adequado dos recursos.

Para cumprir a sua função social, o imóvel rural terá que ter GUT e GEE iguais ou superiores a 80% e 100%, respectivamente (ver anexo 2).

Trata das relações sociais e trabalhistas que regulamentam a participação do trabalhador rural nos sistemas produtivos, tendo a ética como base, e como parceiros, a cultura e os valores morais que são inseparáveis.

Importância - As propriedades rurais são partes da sociedade em que estão inseridas; por isso, têm como responsabilidade atender as obrigações sociais e trabalhistas, e observar o impacto que produzem sobre o bem-estar humano, o meio ambiente e a sociedade. Dessa forma, irão gerar recursos financeiros, serão provedoras de benefícios ao seu meio e atenderão demandas de mercados que buscam um produto final com qualidade e segurança, resultante de cadeias produtivas competitivas, ambientalmente corretas e socialmente justas.

Diretrizes relacionadas com a área social e trabalhista

• Contrato de trabalho

Todos os funcionários devem estar registrados e nos respectivos contratos devem estar especificados todos os acordos pactuados entre as partes. Quando ocorrer a rescisão do contrato de trabalho, para aqueles com prazos superiores a doze meses, há obrigatoriedade da sua homologação no sindicato laboral, sob pena de nulidade.

• Exames admissional e demissional

O exame admissional é uma avaliação médica feita para verificar se o trabalhador está em condições físicas e psíquicas para desenvolver a atividade para a qual está sendo contratado. O exame demissional deve ser realizado obrigatoriamente dentro dos 15 dias que antecedem o desligamento definitivo do trabalhador. Sem estes exames, a empresa poderá ser considerada culpada por todas as doenças contraídas pelo trabalhador durante o contrato de trabalho, respondendo inclusive por eventuais ações indenizatórias por acidente ou doença de trabalho.

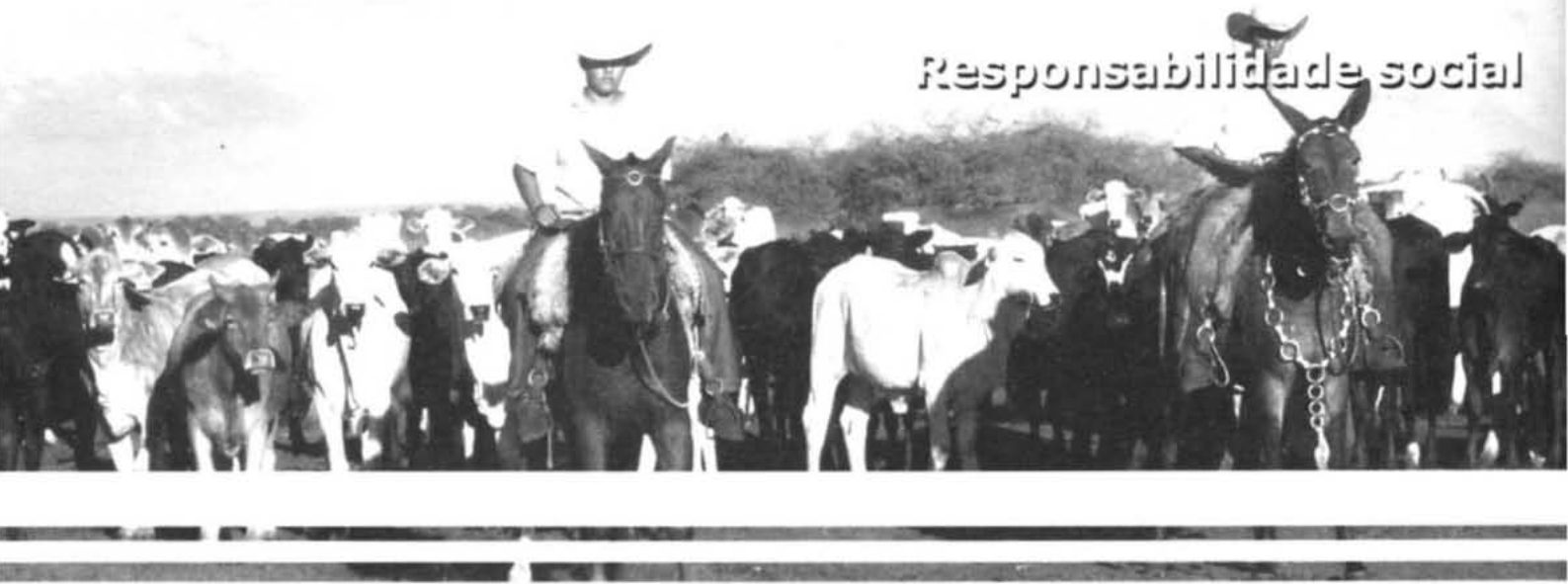
• Previdência social

O recolhimento da contribuição previdenciária da parte patronal e do empregado é de responsabilidade do empregador e deve ser feito mensalmente.

• FGTS

O recolhimento é de responsabilidade do empregador e deve ser feito mensalmente.

• Contribuição sindical

O recolhimento ao sindicato laboral da categoria é efetuado pelo empregador e descontado do

empregado. Este deve ser efetuado no mês de março de cada ano e o valor da contribuição corresponde a um dia de salário do empregado.

• Saúde e higiene

O empregado e sua família devem ser orientados sobre noções básicas de higiene e saúde, além de proporcionar condições para o acesso à saúde pública preventiva.

• Educação

O empregador deve facilitar o acesso das crianças à escola.

• Descanso semanal

O empregador deve garantir o descanso semanal ao funcionário.

• Capacitação e treinamento

Os funcionários devem receber treinamentos periódicos para capacitá-los no desempenho de suas funções e seu desenvolvimento pessoal. Devem ser mantidos registros de todos os funcionários capacitados para a comprovação dos treinamentos realizados.

• Segurança no trabalho rural

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece as Normas Regulamentadoras Rurais (NRR) que são obrigatórias e devem ser observadas tanto pelo empregador como pelo empregado rural. Compreende a orientação e capacitação do trabalhador rural para a utilização correta de equipamentos de proteção individual (EPI) e de medidas de segurança no armazenamento, preparo e aplicação de defensivos agrícolas e produtos veterinários.

• Moradia

Disponibilizar aos funcionários moradias em boas condições de habitação. Observar o disposto em lei, no que se refere a descontos salariais pela moradia disponibilizada. Caso não haja desconto, segundo a convenção coletiva do trabalho, esse valor não poderá ser incorporado ao salário, mas deverá constar no contrato de trabalho.

• Alimentação

Se o funcionário receber alimentação, esta poderá ser descontada do salário em até 25% do salário mínimo nacional. Caso não seja descontado, segundo a convenção coletiva do trabalho, esse valor não poderá ser incorporado ao salário, mas deverá constar no contrato.

• Trabalho escravo e infantil

São proibidos pela legislação trabalhista.

Trata do manejo adequado dos recursos naturais existentes na propriedade rural, em conformidade com as leis ambientais e com as técnicas recomendadas para a conservação do solo, da biodiversidade, dos recursos hídricos e da paisagem.

Importância - Além de ser uma exigência de mercado, é uma questão de bom senso e consciência mundial. As leis ambientais podem assegurar a persistência e a economicidade dos sistemas produtivos, e aqueles que a cumprem, conferem a si e aos seus produtos uma distinção de imagem, perante os consumidores.

O Brasil tem uma legislação ambiental muito ampla e rigorosa, com inúmeras restrições a ações desenvolvidas no campo. Os infratores ficam sujeitos a multas, à perda de benefícios fiscais ou de direito a financiamentos públicos e, até mesmo, à prisão, conforme a Lei nº 9.605, de 12 fevereiro de 1998, chamada "Lei de Crimes Ambientais".

Obs.: Ver no ANEXO 2 as leis ambientais mais importantes ligadas à produção pecuária.

Diretrizes relacionadas com a área ambiental

• Áreas de preservação permanente

São aquelas protegidas por lei. A supressão total ou parcial de florestas e demais formas de vegetação natural nessas áreas só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando necessário à execução de obras, planos, atividades ou projetos de "utilidade pública ou interesse social", definidos por ato declaratório da autoridade governamental.

Devem ser preservadas as florestas e vegetações naturais nas seguintes condições:

- Ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

30 m	Para cursos d'água com, até, 10 metros de largura
50 m	Para cursos d'água entre 10 e 50 metros de largura
100 m	Para cursos d'água entre 50 e 200 metros de largura
200 m	Para cursos d'água entre 200 e 600 metros de largura
500 m	Para cursos d'água com largura superior a 600 metros de largura

- Ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais.

- Nas nascentes, ainda que intermitentes, e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, em um raio mínimo de 50 metros de largura.

- No topo de morros, montes, montanhas e serras.

- Nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive.

- Nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.

- Nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 metros em projeções horizontais.

- Em altitude superior a 1.800 metros, qualquer que seja a vegetação.

Obs.: Quando não especificados no próprio Código Florestal, os limites de área preservada estão dispostos na Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002.

- **Reserva legal obrigatória**

É a área de floresta ou demais formas de vegetação nativa com importância ecológica reconhecida, cujo Código Florestal Brasileiro obriga a preservar no interior da propriedade rural, excetuada a de preservação permanente. Ela tem a finalidade de conservar a biodiversidade e proporcionar abrigo e condições de sobrevivência para as espécies locais da fauna e da flora.

- A vegetação da reserva legal não pode ser suprimida, podendo apenas ser explorada sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com princípios e critérios técnicos e científicos estabelecidos em regulamentos. A exploração sustentável pode ser efetuada mediante apresentação de projeto de manejo, sob a supervisão de engenheiros florestais e com a prévia autorização do órgão de controle ambiental.

- Deve ser mantido o percentual mínimo de 80% de reserva legal para as propriedades rurais localizadas em áreas de florestas na Amazônia Legal. Esse percentual pode ser reduzido para até 50% quando existir zoneamento ecológico econômico e agrícola. Para as propriedades rurais localizadas em áreas de cerrado da Amazônia Legal, o percentual de reserva legal é de 35%. Nos demais ecossistemas (cerrado, Mata Atlântica, caatinga e campos sulinos) e regiões do país, o percentual de reserva legal é de 20% do total da propriedade.

- A reserva legal deve ser averbada à margem das inscrições das matrículas, e sua destinação não pode

ser alterada, mesmo em casos de transmissão a qualquer título.

- Os proprietários de imóveis sem a cota mínima de reserva legal devem procurar auxílio de consultores ambientais para a elaboração de projetos técnicos de recomposição, os chamados Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADEs).

- **Áreas com inclinação entre 25 e 45 graus**

Não é permitida a derrubada de florestas situadas em áreas de inclinação entre 25 e 45 graus, sendo somente nelas tolerada a extração de toras, quando em regime de utilização racional.

- **Licenciamento ambiental**

A Lei nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, determina a obrigatoriedade de licenciamento ambiental nas seguintes situações:

- Antes da construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades consideradas efetiva e potencialmente poluidoras, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

- Apesar de o Licenciamento Ambiental ser regido por legislações federais, estaduais e municipais específicas, as atividades do setor rural devem ser licenciadas no órgão ambiental estadual.

- **Autorizações ambientais**

Determinadas atividades comuns em propriedades rurais são regulamentadas por normas específicas de caráter administrativo. Os órgãos ambientais as elaboram para orientar a concessão de autorizações ambientais para atividades não contínuas e que não se enquadram entre aquelas obrigadas ao licenciamento.

As atividades que requerem autorização ambiental são:

- Corte avulso de árvores.
- Limpeza de pastos.
- Aproveitamento de material lenhoso seco.
- Queima de leiras.
- Queimadas.
- Poda de árvores e arbustos.
- Colheita de folhas, ramos ou frutos de espécies da flora nativa.
- Transporte, comercialização e depósito de matérias-primas exploradas diretamente da natureza.

- Realizar a coleta seletiva do lixo doméstico e consultar o Órgão competente do município para determinar o destino final.

- Armazenar temporariamente as embalagens com suas respectivas tampas e rótulos e, preferencialmente, acondicionadas na caixa de papelão original, em local coberto ao abrigo de chuva e ventilado.

- Efetuar a tríplice lavagem das embalagens rígidas vazias e perfurar o fundo para evitar a sua reutilização, sem danificar o rótulo.

- As embalagens flexíveis vazias devem ser guardadas dentro de uma embalagem de resgate (adquirida no revendedor) devidamente fechada e identificada.

- As embalagens vazias de produtos veterinários devem ser recolhidas em tambores dispostos em local coberto no curral, para armazenamento provisório.

- Entregar as embalagens vazias ou com prazo de validade vencido na unidade de recebimento indicado no corpo da nota fiscal ou consultar o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV) e os órgãos estaduais de defesa sanitária e ambiental sobre o destino final dessas embalagens.

Trata da adequação das instalações agropecuárias de modo a não causar danos ao couro e à carcaça bovina e garantir a segurança do pessoal responsável pelo manejo dos animais.

Importância - As instalações para a produção de bovinos de corte devem se caracterizar pelos aspectos relacionados com a funcionalidade, resistência, economia e segurança. Instalações inadequadas podem comprometer a qualidade do produto final, por causa da ocorrência de hematomas e feridas na carcaça e de furos, cortes e riscos profundos no couro bovino. Esses danos depreciam seu valor comercial, reduzindo assim a rentabilidade do produtor.

Diretrizes relacionadas com as instalações rurais

• Cercas

Devem ser, preferencialmente, de arame liso com balancins, pois as de arame farpado provocam riscos e furos no couro animal:

- Lascas e moirões não devem possuir saliências, farpas, pregos ou parafusos que possam ferir os animais.

- As cercas eletrificadas devem possuir voltagem adequada, aterramento e isolamento seguros a fim de evitar descargas elétricas.

• Corredores

Para facilitar a condução dos animais, a propriedade deve possuir corredores para condução ao curral ou mudança de pasto. Tomar precauções quanto às cercas dos corredores, conforme recomendações anteriores.

• Curral

Deve ser construído de forma a permitir a realização, com eficiência, segurança e conforto, de todas as práticas necessárias ao trato do gado, tais como: apartação, marcação e identificação, castração, vacinação, descorna, inseminação, pesagem, controle de ecto e endoparasitos, exames ginecológico e andrológico, embarque e desembarque de animais. Considerar:

- A localização: deve ser localizado de preferência em terreno elevado, firme e seco, situado em local estratégico de modo a facilitar o manejo dos animais ou o seu embarque nos caminhões.

- As características das paredes internas do curral, do brete, do tronco de contenção e rampas de acesso do embarcadouro: devem ser lisas e livres de saliências, como pontas de pregos, parafusos ou ferragens que possam provocar danos ao animal.

- A utilização de balança eletrônica ou mecânica para monitoramento do desenvolvimento ponderal dos animais.

- A construção do embarcadouro que deve ser de forma a facilitar a entrada dos animais no caminhão. A rampa de acesso deve ter inclinação suave e o último lance deve ser construído na horizontal. As paredes da rampa de acesso e do embarcadouro devem ser vedadas nas laterais para facilitar o embarque.

- O nivelamento do piso de saída do embarcadouro com o piso da carroceria do caminhão.

- A seringa do embarcadouro deve ser afunilada e, preferencialmente, vedada nas laterais.

- A limpeza periódica das instalações, principalmente brete, tronco e balança, para evitar o acúmulo de terra e esterco.

- A disponibilidade de pontos de água (torneira e bebedouros) e energia elétrica.

- A disponibilidade, sempre que possível, no curral ou nas suas proximidades de um banheiro, para uso dos funcionários.

- A disponibilidade de recipiente adequado para coleta do lixo produzido durante os trabalhos de gado (Ex.: frascos vazios de vacinas e medicamentos).

• **Reservatórios de água**

Para o atendimento adequado das necessidades do rebanho, devem ser observadas as seguintes recomendações:

- Os reservatórios devem estar, preferencialmente, localizados nos pontos altos, de forma a permitir a distribuição d'água por gravidade.

- Em áreas planas ou com pequena declividade, recomenda-se elevar o local de instalação dos reservatórios, por meio de aterro nivelado e compactado.

- Os reservatórios podem ser construídos de alvenaria ou chapa metálica.

- Calcular a capacidade do reservatório, em função do número de bebedouros que serão abastecidos, prevendo-se, inclusive, uma margem de segurança para casos de reparos no sistema de captação e elevação d'água.

- Monitorar, periodicamente, a qualidade da água.

• **Bebedouros**

Dar preferência a bebedouros artificiais que possam ser higienizados e constantemente vistoriados, para oferecer água de boa qualidade:

- Localizar estrategicamente os bebedouros e dimensioná-los em função do número de animais a serem atendidos, considerando o consumo de 50/60 litros/animal adulto/dia.

- Monitorar, periodicamente, a qualidade da água.

- Evitar o uso de açudes, pois a água parada pode ser fonte de contaminação da leptospirose.

• Cochos para fornecimento de minerais, concentrados e volumosos

Para garantir o acesso dos animais e evitar perdas pela ação das chuvas ou ventos durante todo o ano, considerar os seguintes aspectos:

- Os cochos para minerais devem ser cobertos e posicionados na pastagem, de forma a permitir a visita diária dos animais, pelo menos uma vez ao dia.

- Devem ser construídos de forma a disponibilizar espaço suficiente para que todos os animais tenham acesso livre e sem competição.

- Podem ser construídos de diferentes materiais, tais como madeira serrada, concreto pré-moldado ou tambores de plástico, cortados longitudinalmente.

- Os cochos para suplementação de volumosos e concentrados devem ser mais largos do que os de minerais.

- No caso de suplementação em pasto, é recomendável que eles sejam leves para facilitar as mudanças de locais.

• Instalações para confinamento

Para a obtenção de resultados promissores e garantir o suprimento dos concentrados e volumosos de forma adequada, devem ser observados os seguintes procedimentos:

- Consultar o órgão responsável pelo meio ambiente, antes da construção das instalações e implantação da atividade.

- O confinamento deve estar localizado em área elevada da propriedade, levemente inclinada, próxima do centro de manejo e das áreas de produção (milho, cana, capineira e outros), de preparo (misturador, moedor, picador e balança) e de armazenamento e conservação dos alimentos (sacaria, silos e outros).

- Os cochos de alimentação devem ficar na parte frontal do piquete, para facilitar o fornecimento, e o piso próximo aos cochos deve ter boa drenagem. Quando os animais são confinados durante todo o ano recomenda-se que os cochos sejam cobertos.

- Disponibilizar sombreamento, sempre que possível, para proporcionar conforto térmico dos animais, que pode resultar em melhor ganho de peso.

- Os bebedouros podem ser construídos de material de fácil limpeza e higienização e possuir ao seu redor piso com boa drenagem.

- Promover o tratamento dos dejetos, que poderão ser utilizados como adubo orgânico ou biogás.

• Instalações para suplementação de bezerros (creep-feeding)

Para facilitar o acesso dos bezerros e atender adequadamente o sistema de alimentação, devem-se observar os seguintes pontos:

- A área de suplementação deve estar localizada junto das áreas de descanso das vacas, dos bebedouros ou nas proximidades do cocho de sal.

- Possuir área de 1,5 m²/cria, deixando espaço de dois metros entre o cocho e a cerca, para circulação. O tamanho de cada área de suplementação dependerá do número de animais a serem suplementados.

- O cercado pode ser construído de estrutura metálica e móvel ou com postes de madeira, com espaço entre eles de dois metros e com seis a oito fios de arame liso esticados com catracas.

- O acesso de entrada, exclusivo aos bezerros, deve ter abertura de 0,40 x 1,20 m.

- Disponibilizar cerca de dez centímetros lineares de cocho por animal, sendo um de cada lado, por animal.

• Armazenamento de insumos

Estes devem ser armazenados em locais apropriados de modo a evitar a deterioração dos produtos, bem como para reduzir as possibilidades de contaminação de alimentos, sementes, rações, pessoas e animais. Para tal, devem-se seguir as seguintes recomendações:

a) Localização dos depósitos ou galpões: distantes de residências, fontes de água e abrigos para animais.

b) Para a segurança dos galpões, considerar:

- Proteção das aberturas existentes para evitar a entrada de pássaros e outros animais no interior do depósito.

- Proteção contra a entrada de umidade proveniente das paredes, portas, janelas e telhado.

- Identificação e sinalização dos produtos armazenados.

- Proibição de fumar, comer, beber ou acender fogo no interior do depósito.

- Manter as portas de acesso trancadas com cadeado.

- Não permitir acesso de crianças ou pessoas estranhas.

- Manter em local visível os equipamentos de emergência e equipamentos de proteção individual.

c) Estocagem: para a manutenção da integridade dos insumos, devem-se considerar:

- Adubos e agroquímicos devem ser mantidos em depósitos separados dos galpões de rações e suplementos alimentares.

- Agroquímicos devem ser armazenados em ambiente ventilado e com a sinalização correta, para o fácil acesso aos equipamentos de proteção individual (EPC).

- Manter sacaria sobre estrados de madeira, para evitar umidade e corrosão das embalagens.

- Manter depósito seco e bem ventilado.

- Sacarias e outras formas de embalagens devem conter rótulos bem visíveis.

- Identificação visual de cada grupo de insumos localizados sobre os estrados, nas prateleiras ou outras formas de armazenamento.

- Respeitar a altura de empilhamento das embalagens e a distância entre as pilhas e as paredes do depósito.

- Embalagens de líquidos devem estar com as tampas fechadas e a bocas voltadas para cima.

- Manter vacinas e medicamentos nas embalagens originais e nas condições recomendadas pelo fabricante. Observar a temperatura de armazenamento, o prazo de validade e uso ao qual se destina.

- Manter controle de entrada e saída dos insumos, data de utilização e destino.

Manejo pré-abate e bons tratos na produção animal

Tratam do conhecimento do comportamento animal e a aplicação de estratégias de manejo que levam em consideração as necessidades fisiológicas e comportamentais dos bovinos, com ganhos diretos e indiretos na produção de carne e couro de qualidade.

Importância dos bons tratos - As demandas de mercado priorizam sistemas de produção que respeitam o bem-estar animal, do nascimento ao abate. À primeira vista pode parecer ao produtor ou ao técnico uma preocupação excessiva e dispendiosa, mas certamente eles se surpreenderão com os benefícios que essa mudança de atitude trará à rotina de trabalho. O conhecimento e o respeito à biologia dos animais de produção, além de permitir a melhoria do seu bem-estar, proporcionam também melhores resultados econômicos, mediante o aumento da eficiência do sistema produtivo e da melhoria da qualidade do produto.

Diretrizes relacionadas com bons tratos

- Garantir espaço mínimo para que eles possam manter suas atividades em um contexto social equilibrado.
- Não misturar indivíduos que não se conheçam ou animais de chifre com animais mochos em currais, confinamentos, caminhões de transporte. É recomendável que os lotes sejam formados com antecedência.
- Disponibilizar sombra para bovinos manejados em sistemas de produção extensivos e intensivos, em quantidade suficiente para protegê-los da carga térmica durante as horas mais quentes do dia. Todo bovino necessita de sombra, não importa a raça, origem, linhagem, idade ou condição fisiológica. Vegetação composta de espécies arbóreas deve ser disponibilizada para criar abrigos naturais.
- Garantir o fornecimento de água limpa e suplementos nutricionais de qualidade, durante todo o ano, suficientes para atender as necessidades de crescimento, mantença e produção.
- Em áreas de manejo extensivo, distribuir fontes de água na pastagem, para facilitar o acesso sem longas caminhadas.
- Instruir as pessoas que lidam com os animais a respeito das maneiras adequadas de manejá-los (do nascimento ao abate), respeitando a biologia da espécie e evitando, assim, os estresses agudos ou crônicos, que poderão resultar na redução da qualidade do produto final.

Importância do manejo pré-abate - Diversos estudos já demonstraram que o manejo pré-abate influencia significativamente a qualidade da carne, do couro, bem como o aproveitamento da carcaça. Além das perdas decorrentes de contusões e hematomas, o estresse vivenciado por esses animais durante o manejo, na propriedade ou em abatedouros mal planejados, eleva o pH da carne, diminuindo assim sua

vida útil.

No manejo pré-abate, as etapas mais críticas são as relacionadas com o embarque e desembarque dos animais. Rotinas e procedimentos inadequados aumentam a freqüência de contusões na carcaça e de cortes escuros na carne, resultando em prejuízos financeiros para o produtor. Tais prejuízos podem ser por ação direta do homem, ao bater ou acuar os animais contra cercas, porteiras e outros, ou indireta, com a formação de novos lotes nessa etapa final da produção, desrespeitando seus padrões de organização social e aumentando as interações agressivas entre os animais. Com relação ao couro, sua qualidade é diminuída por ectoparasitos e por cortes e riscos profundos causados pelo manejo inadequado, além das marcas a fogo em locais não permitidos.

Diretrizes relacionadas com manejo pré-abate

Alguns procedimentos de rotina podem ser utilizados durante a vida do animal e principalmente por ocasião do manejo pré-abate, para se preservar a qualidade da carcaça e do couro bovino, tais como:

- Antes do embarque, agrupar os animais no curral com antecedência, em lotes uniformes, de acordo com o sexo, a faixa de idade e o peso.

- Evitar apartações e correria com os animais no momento de embarque.

- Evitar, sempre que possível, o uso de aguilhões e do choque elétrico.

- Evitar o uso de cães, paus e objetos pontiagudos no manejo e condução dos animais, para não provocar hematomas, traumatismos e estresse.

- Não embarcar animais doentes e sem condições de transporte. Caso seja necessário, deve-se embarcá-los em caminhão separado e o produtor deve assinar o termo (minuta de embarque) responsabilizando-se pelo animal.

- Verificar se o embarcadouro atende as recomendações técnicas para o embarque dos animais, de modo a não causar danos à carcaça.

- Embarcar os animais no horário previamente combinado com a transportadora.

- Verificar a documentação, condição dos veículos e certificar-se de que os motoristas são devidamente habilitados para o transporte de animais vivos.

- Dar preferência para que o transporte dos animais seja efetuado no horário mais fresco do dia.

- Respeitar a lotação máxima do caminhão, de acordo com a categoria animal a ser transportada.

- Aguardar cerca de 20 minutos após o embarque, para iniciar a viagem, para que os animais se adaptem à gaiola.

- Exigir que os caminhoneiros façam paradas regulares, conforme legislação vigente, para que os animais descansem em sombra.

• • • *Formação e manejo de pastagens*

Trata da formação, recuperação e manejo das pastagens que, por serem o principal componente da alimentação de bovinos de corte, afeta diretamente a produtividade, bem como a sustentabilidade do sistema de produção.

Importância - As pastagens devem possuir qualidade e quantidade suficientes para atender as demandas nutricionais das diversas categorias animais, durante todo o ano. Portanto, na formação de uma pastagem, a escolha de espécies forrageiras adaptadas ao tipo de exploração, solo e clima da região é o primeiro fator a ser considerado.

Diretrizes relacionadas com a formação e recuperação da pastagem

Um pasto de qualidade é aquele formado com sementes de boa qualidade provenientes de espécies forrageiras adaptadas ao solo e ao clima da região. Para a adequada formação dessas pastagens devem-se considerar os seguintes pontos:

- Consultar a legislação ambiental antes de iniciar o desmatamento, em áreas com vegetação nativa, para implantação de pastagens.

- Selecionar espécies forrageiras reconhecidamente bem adaptadas ao solo e ao clima da região e de acordo com a sua qualidade nutricional, produtividade, resistência e tolerância a pragas e doenças e nível tecnológico a ser adotado.

- Utilizar apenas os insumos aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

- Utilizar apenas sementes certificadas, adquiridas de fontes idôneas e usadas nas quantidades recomendadas, de acordo com o valor cultural das sementes.

- Adquirir insumos somente de empresas idôneas, cujos produtos, quando utilizados conforme as recomendações técnicas, não ofereçam riscos à saúde animal e do consumidor.

- Utilizar corretivos e fertilizantes de acordo com a análise física e química do solo e conforme as recomendações técnicas.

- Efetuar o plantio das forrageiras nas épocas apropriadas e de acordo com o sistema de produção e recomendações técnicas.

- Empregar práticas de conservação do solo, sempre que necessário, como forma de controle da erosão.

- Restringir a utilização de herbicidas e produtos químicos, observando as recomendações do

fabricante e a legislação em vigor.

- Promover a diversificação das pastagens, de modo a conter a expansão dos danos causados pelo monocultivo.

- Utilizar consorciação de gramíneas com leguminosas ou formação de bancos-de-proteína (plantio isolado da leguminosa) para redução de custos e garantir a produção de alimento de qualidade. Atentar para a compatibilidade ao consorciar espécies, pois pode haver competição entre elas.

- Não utilizar a cama-de-frango como adubo orgânico nas pastagens, mesmo após compostagem, por causa dos elevados riscos de contaminação por agentes patogênicos.

- Disponibilizar abrigos naturais para os bovinos durante os períodos de temperaturas extremas, chuvas e ventanias.

- Procurar a orientação de um técnico especializado para otimizar a utilização dos insumos e o emprego das técnicas que oferecem melhores resultados.

Diretrizes relacionadas com o manejo da pastagem

O manejo adequado das pastagens, além de garantir a qualidade e a oferta regular de forragens, permite ainda prolongar a sua vida produtiva, reduzindo os custos de produção. Para que isso ocorra é necessário observar alguns pontos:

- Adequar a taxa de lotação à capacidade de suporte, tanto no pastejo contínuo como no rotacionado, para se evitar o aparecimento de ervas daninhas e desenvolvimento de erosão superficial do solo.

- Adotar o orçamento forrageiro, que consiste em um planejamento estratégico que visa assegurar alta eficiência na utilização das pastagens e a manutenção de condições favoráveis à sua produtividade e ao desempenho animal.

- Não utilizar a queimada como prática de manejo da pastagem, pois, além de comprometer a qualidade do ar, essa prática reduz a fertilidade do solo e favorece o aparecimento de erosão.

- Efetuar a reposição periódica de nutrientes, de acordo com as análises do solo.

- Controlar as plantas invasoras indesejáveis.

- Utilizar equipamentos de proteção individual e pessoal capacitado, seguindo as recomendações do fabricante e legislação em vigor, quando da utilização de defensivos agrícolas.

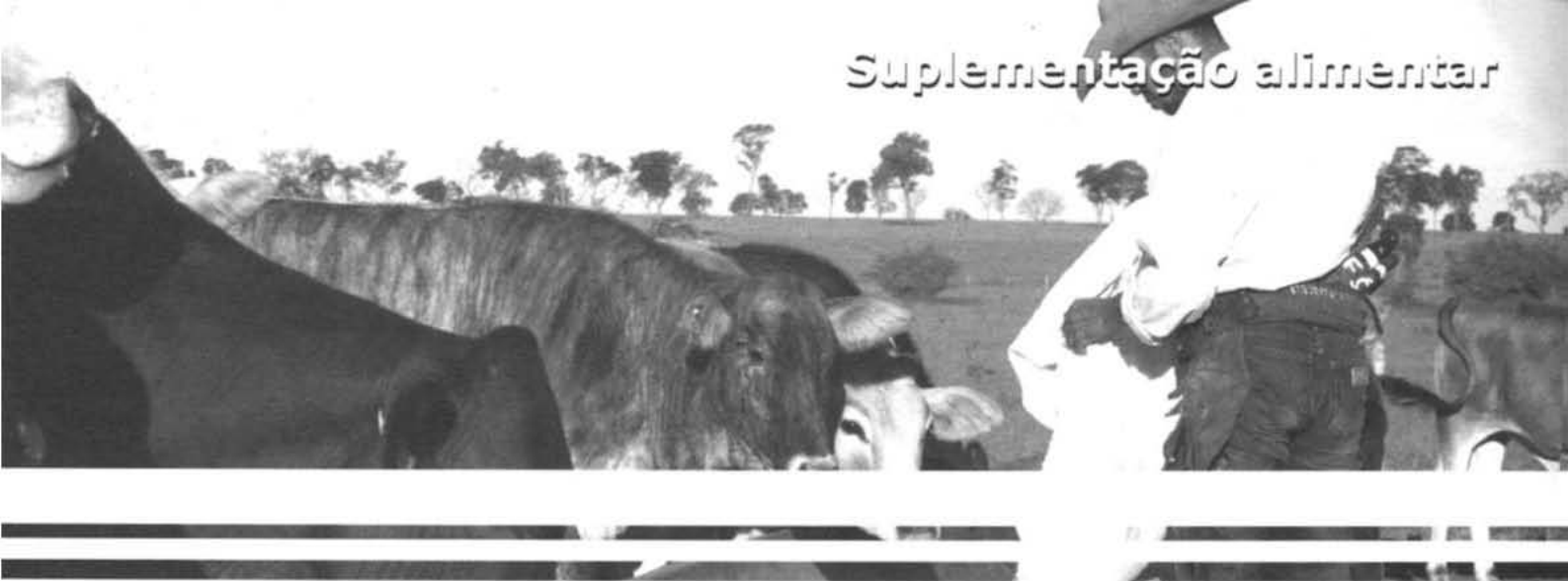
Suplementação alimentar

Trata da qualidade dos insumos e aditivos utilizados na suplementação animal, de forma a garantir a produção de alimentos economicamente viáveis e isentos de resíduos que possam prejudicar a saúde humana.

Importância - A suplementação alimentar para animais em pastagem possibilita um melhor uso da forragem, aumentando a eficiência de todo o sistema e contribuindo para a produção de carne de melhor qualidade, pois permite o abate de animais mais jovens e com melhor acabamento.

Por resultar em maior produtividade (kg de carne/ha), a suplementação e o confinamento reduzem a necessidade de área para a mesma produção, auxiliando na redução do impacto ambiental da atividade e no aumento da competitividade. No entanto, para a garantia da produção de um alimento de boa qualidade, todos os insumos não podem conter componentes ou resíduos que possam acarretar problemas à saúde animal e humana.

Diretrizes relacionadas com a suplementação alimentar

- Utilizar na suplementação alimentar apenas produtos aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, observando-se os tópicos a seguir:
  - Insumos devem ser comprovadamente livres de resíduos de natureza química (agroquímicos e produtos veterinários), física (corpos estranhos), biológica (organismos patogênicos) ou qualquer outra substância que possa comprometer a qualidade do produto final e/ou a saúde do consumidor.
  - Adquirir insumos, preferencialmente, de empresas idôneas e que adotem programas de garantia de qualidade de seus produtos.
  - É proibida a utilização de suplementos que contenham proteínas ou gorduras de origem animal, tais como: farinha de carne, farinha de osso, farinha de pena, cama-de-frango, sebo bovino e outros.
  - É proibido o uso de antibióticos como aditivo alimentar. Alguns ionóforos (promotores de crescimento à base de antibióticos) são permitidos e regulamentados pelo órgão federal competente. No entanto alguns países importadores proíbem a o uso desses promotores.
  - É proibido o uso de hormônios ou promotores de crescimento de efeito anabólico.
- Registrar e manter atualizado o cadastro de todos os insumos utilizados na alimentação do rebanho, para efeitos de rastreamento, quando solicitado.

- Estocar os suplementos em locais protegidos de umidade, roedores, animais domésticos e eventuais contaminantes.
- Verificar o estado de conservação da ração antes de fornecer aos animais, observando alterações como mudança de cor, odor, esfacelamento, grumos, compactação e mofo.
- Manter reservas de suplemento volumoso (capineira, silagem, feno, pasto diferido, cana e outros) para atender possíveis déficits nutricionais em períodos críticos do ano.
- Disponibilizar, durante todo o ano, água limpa e à vontade para o rebanho.
- Disponibilizar, durante todo o ano, pastagem, suplementos minerais, energéticos e protéicos em quantidade e qualidade suficientes para otimizar o desempenho produtivo do rebanho.
- Proporcionar, a cada animal, espaço de cocho adequado à forma de suplementação utilizada.
- Procurar a orientação de um técnico especializado para formular a suplementação apropriada e economicamente viável.

Trata das formas de identificação individual e o registro de ocorrências que contribuem, de maneira significativa, na avaliação do desempenho individual e do rebanho e no rastreamento das informações obtidas ao longo da vida do animal.

Importância - A identificação individual e o registro de todas as ocorrências e das práticas de manejo utilizadas, durante a vida do animal, são procedimentos essenciais para possibilitar a avaliação do desempenho do rebanho, bem como na tomada de decisões administrativas. Outro aspecto de extrema relevância é a associação desses procedimentos com a adoção de normas e procedimentos em Boas Práticas Agropecuárias, de forma a garantir ao mercado consumidor a oferta de alimentos livres de resíduos e contaminantes de qualquer natureza, que possam comprometer a saúde do consumidor.

Diretrizes relacionadas com a identificação animal

- Proceder a identificação de todos os animais ao nascimento.
- Utilizar um sistema de identificação que garanta a verificação e a comprovação, ao longo do tempo, do conjunto de informações numéricas e descritivas, relacionadas com o histórico do animal ou do grupo de animais manejados.
- Utilizar formas de identificação que garantam a individualidade, a fixação no animal de forma permanente e inviolável. Os tipos usuais de identificação são os brincos auriculares, tatuagem na orelha, marca a ferro quente e identificadores eletrônicos.
- Utilizar marca a fogo apenas nos locais permitidos pela legislação em vigor, (Lei nº 4.714, de 29 de junho de 1965), ou seja:
  - O gado bovino só poderá ser marcado a ferro candente na cara, no pescoço e nas regiões situadas abaixo de uma linha imaginária, ligando as articulações fêmuro-rótulo-tibial e húmero-rádio-cubital, de sorte a preservar de defeitos a parte do couro de maior utilidade, denominada grupon.
  - É proibido o uso de marca cujo tamanho não possa caber em círculo de onze centímetros de diâmetros (0,11 m).
  - É proibido o emprego de marca de fogo, por parte dos estabelecimentos de abate de gado bovino, para identificação de couros.
- Na necessidade de atender mercados específicos, observar as normas do sistema de identificação, rastreamento e certificação estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Diretrizes relacionadas com o rastreamento

- Manter atualizado o registro individual de ocorrências de todos os animais, tais como: nascimentos, mortes, controles sanitário e reprodutivo, desempenhos produtivo e reprodutivo e suplementos energéticos, protéicos e minerais utilizados, entre outros.

- Manter atualizados os arquivos e as fichas de controle sanitário preventivo ou curativo, sejam eles individuais ou por lote, anotando-se a data de ocorrência, número da partida e do lote do medicamento utilizado, laboratório e data de validade do produto.

- Exigir a Guia de Trânsito Animal (GTA) no ingresso de animais na propriedade e emitir a mesma para a saída de animais. Observar a quarentena quando da aquisição de animais.

- Disponibilizar as fichas e arquivos de controle sanitário aos fiscais do serviço de inspeção sanitária oficial e aos auditores do sistema de rastreamento ligados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, responsável pelo Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação.

- Comunicar à certificadora responsável todas as movimentações (transferências entre propriedades, venda para terceiros, venda para frigoríficos e compras), sendo necessário o número individual dos animais e cópia das GTAs.

Controle sanitário

Trata das medidas preventivas e curativas de controle sanitário recomendadas para o bom desempenho do rebanho, assegurando a produção de alimento saudável.

Importância do controle sanitário - A ocorrência de doenças e de parasitas, quando não controlados, prejudica o desempenho do rebanho. Além disso, comprometem também a qualidade da carne e do couro produzidos, dificultando a comercialização e favorecendo a criação de barreiras sanitárias pelos mercados consumidores.

Diretrizes relacionadas com o controle sanitário

- Adotar medidas preventivas de controle das enfermidades, estabelecendo, com orientação de um médico-veterinário, um calendário anual de controle sanitário e reprodutivo, de acordo com os programas oficiais.

- Cumprir o calendário de imunização preventiva e obrigatória do rebanho contra a febre aftosa, brucelose e raiva. Consultar o Órgão ou Instituto Estadual de Defesa Sanitária Animal com referência às possíveis mudanças nas épocas de vacinação e municípios nos quais a vacinação contra a raiva é obrigatória.

- Promover treinamento dos responsáveis pelo manejo sanitário, para que estejam capacitados a reconhecer as principais doenças que afetam os bovinos, manipular e aplicar corretamente vacinas e medicamentos.

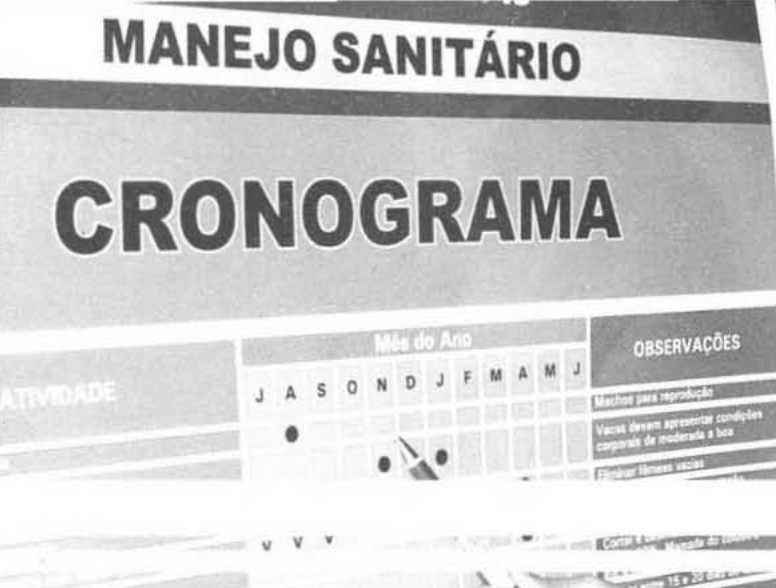
- Em caso de suspeita de doenças transmissíveis, deve-se isolar o animal e contatar um médico veterinário.

- Denunciar ao Órgão de vigilância sanitária, qualquer suspeita de doença de comunicação obrigatória (doenças vesiculares e síndromes nervosas), de acordo com a legislação vigente.

- Atender as instruções do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT), que visam a proteger a saúde pública e promover a erradicação dessas enfermidades, tais como:

  - Efetuar a marcação obrigatória das fêmeas, após a vacinação contra a brucelose, com ferro candente, no lado esquerdo da cara, com um "V" acompanhado do algarismo final do ano de vacinação.

  - Comprovar no Órgão ou Instituto Estadual de Defesa Sanitária Animal a vacinação contra a brucelose. Ela é necessária para a emissão da GTA de trânsito de bovinos ou bubalinos, qualquer que seja a finalidade.

  - Aderir, se possível, ao programa para certificação de propriedades livres ou monitoradas para brucelose e tuberculose.

- Atender a legislação que controla o trânsito interestadual de animais destinados à reprodução, bem como da participação de machos e fêmeas em exposições, feiras, leilões e outras aglomerações.

• Manter atualizados os arquivos e as fichas de controle sanitário preventivo e curativo, sejam eles individuais ou por lote, anotando a data da ocorrência, número de partida e lote do medicamento utilizado, laboratório e data de validade.

• Disponibilizar as fichas e arquivos de controle sanitário aos fiscais do serviço de inspeção sanitária oficial e aos auditores do sistema de rastreamento e certificação ligados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, se for o caso.

• Utilizar apenas vacinas e medicamentos aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

• Observar as recomendações técnicas para aplicação, conservação e armazenamento de vacinas e medicamentos.

• Eliminar animais mortos, mediante a queima total da carcaça em local apropriado, para evitar a contaminação das pastagens e do lençol freático.

• Vacinar sempre na tábua do pescoço. A aplicação em locais inadequados pode provocar lesões, quebra no rendimento da carcaça e depreciação do seu valor comercial, quando localizada nas regiões nobres. Outros cuidados a serem observados:

- Nunca congelar as vacinas.

- Esterilizar sempre seringas e agulhas em água fervente, sem o uso de desinfetantes, pois seus resíduos podem inativar a vacina.

- Nunca utilizar agulhas tortas, enferrujadas e com pontas rombudas.

- Aplicar as vacinas nas doses recomendadas.

- Não vacinar animais debilitados ou submetidos a atividades desgastantes, como longas caminhadas ou viagens. Deve-se, portanto, aguardar que os animais descansem, ou se recuperem, antes de manejá-los.

- Conter os animais para a aplicação da vacina, diminuindo o risco de quebra de agulha, refluxo e perda de doses.

Outras medidas preventivas de controle sanitário

Febre aftosa

• Os bovinos e os bubalinos devem ser vacinados nos prazos das campanhas determinadas por Estado e

as comprovações dos fatos devem ser entregues aos órgãos de vigilância sanitária.

• A não participação nas campanhas será de responsabilidade do produtor, que deverá responder por isso.

• Todo trânsito de animais suscetíveis à febre aftosa, seus produtos e subprodutos entre Estados, além da exigência da Guia de Trânsito Animal, deve também atender as normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (ver anexo 3).

Raiva

• O controle é realizado com a vacinação de 100% dos animais e com o combate aos morcegos hematófagos nas regiões onde a doença ocorra com freqüência conhecida.

• A revacinação deve ser feita a cada 12 meses.

• O proprietário deverá notificar de imediato, aos órgãos de vigilância sanitária animal, a ocorrência ou suspeita de casos de raiva, assim como a presença de animais atacados por morcegos hematófagos ou a existência de abrigos de tal espécie. Os Órgãos de vigilância sanitária adotarão as medidas cabíveis.

• A vacinação dos bovinos deve ser associada à imunização dos demais animais existentes na propriedade, tais como cães, gatos, eqüídeos, suínos, caprinos e ovinos.

Brucelose

• As fêmeas deverão ser controladas conforme determina o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose.

• Os médicos-veterinários deverão estar habilitados e credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para colheita de amostras de sangue, realização dos exames e emissão dos laudos sanitários dos animais testados.

• As fêmeas bovinas e bubalinas devem ser vacinadas entre três e oito meses de idade, com amostra B19 de *Brucella abortus*. A vacinação deve ser feita sob a supervisão de um médico veterinário capacitado, de acordo com a legislação vigente.

• É obrigatória a comprovação da vacinação das bezerras no órgão de vigilância sanitária.

• O controle da brucelose é importante tanto do ponto de vista econômico, pela redução das perdas de animais durante o período de gestação, como também quanto ao aspecto de saúde pública, uma vez que essa doença pode ser transmitida ao homem.

• Deve-se ter cuidado ao manipular a vacina, pois ela pode contaminar o homem.

Tuberculose

- Os animais deverão ser controlados conforme determina o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose.
- Os médicos-veterinários deverão estar credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para execução dos testes de tuberculina e emissão dos laudos sanitários dos animais testados.
- O controle e a posterior erradicação da tuberculose baseiam-se, principalmente, na realização periódica da prova de tuberculina e abate dos animais que reagirem positivamente.

Botulismo

- Nas regiões de alta ocorrência, vacinar os animais a partir dos quatro meses de idade e repetir a vacinação 30 a 40 dias após a primeira aplicação. A revacinação deve ser anual.
- A vacina apresenta um período negativo de aproximadamente 18 dias, no qual os animais podem estar susceptíveis a doença. Durante esse período os animais não devem ser colocados em pastagens contaminadas.
- Proceder à correta suplementação mineral, especialmente de fósforo, para reduzir a osteofagia (ingestão de ossos) e, conseqüentemente, a ingestão de esporos causadores do botulismo.
- A eliminação de carcaças no campo é uma medida importante. As carcaças devem ser queimadas completamente. Não se recomenda que elas sejam enterradas, pois existe o risco de formação de poças d'água contaminadas. Além disso, animais silvestres podem desenterrar as carcaças.

Carbúnculo sintomático

- Como profilaxia (medida preventiva), devem-se vacinar os bezerros anualmente, a partir da faixa etária de três a seis meses de idade. A primeira vacina deve ter um reforço após 45 dias.

Leptospirose

- A vacinação é eficaz no controle da infecção. Na primovacinação (primeira vacina) devem ser administradas duas doses, com intervalo de três a cinco semanas. Posteriormente, revacina-se anualmente antes da estação de monta ou entre esta e o quarto mês de prenhez.
- O controle de roedores nos depósitos de alimentos é de extrema importância para o controle dessa enfermidade.

- Evitar o uso de açudes, pois a água parada pode ser fonte de contaminação da leptospirose.

Cisticercose bovina

- Os bovinos de rebanhos com histórico de cisticercose devem receber o tratamento de acordo com as recomendações técnicas.
- Combater o abate clandestino.
- Utilizar fossas higiênicas e tratamento de esgoto, para evitar que fezes humanas contaminem águas e pastagens, diminuindo assim o risco de incidência da doença.
- Disponibilizar banheiros em pontos estratégicos na propriedade, para evitar a disseminação dos agentes patogênicos.

Manejo reprodutivo

Trata das principais práticas de manejo que visam a otimizar o desempenho reprodutivo e produtivo do rebanho de cria, de forma racional, econômica e sem promover a degradação ambiental.

Importância do controle reprodutivo - Para o criador, a exploração comercial do sistema de cria tem por objetivo principal otimizar a produção de bezerros desmamados. Portanto, a viabilidade do sistema vai depender da eficácia e eficiência com que são utilizados os meios disponíveis para melhoria da produtividade.

Diretrizes relacionadas com o controle reprodutivo

- Estabelecer um período de monta - O estabelecimento de um período de monta é uma das decisões mais importantes do manejo reprodutivo e de maior impacto na fertilidade do rebanho. Além de disciplinar as demais atividades de manejo (controle sanitário, alimentar, desmama, castração e outras), ele permite também o ajuste do período de maior demanda nutricional (lactação) com o de maior oferta de alimentos de qualidade, resultando em lotes mais homogêneos e de maior valor comercial. Considerar:

  - A duração do período de monta deve ser a mais curta possível, ou seja, ao redor de três meses, podendo começar ao redor de um mês após o início das chuvas.

  - As vacas devem ser identificadas e separadas em lotes por categoria: novilhas, vacas primíparas e vacas multíparas. Desta forma, é possível adotar práticas de manejo diferenciado em função das necessidades de cada categoria.

- Escolher sistema de acasalamento - É importante capacitar as pessoas responsáveis pelo manejo reprodutivo e adequar as instalações de acordo com o sistema de acasalamento a ser utilizado, ou seja, monta natural, monta controlada ou inseminação artificial.

- Adequar a relação touro/vaca ao sistema de produção - A escolha inadequada dessa relação tem sérias implicações econômicas. Os principais fatores que podem influir nessa relação são: idade, capacidade de monta, estado sanitário e nutricional dos touros, condição corporal das vacas, tamanho e topografia das pastagens.

- Efetuar o diagnóstico de gestação e descartes - É de grande importância para a melhoria da eficiência reprodutiva, pois possibilita a identificação precoce e o descarte de fêmeas que não ficaram prenhes durante a estação de monta. Deve ser efetuado por um médico-veterinário experiente, podendo ser iniciado a partir dos 45 dias após o final da estação de monta.

- Realizar o exame andrológico dos touros - O impacto da fertilidade do touro no desempenho reprodutivo do rebanho é muito maior que o da vaca. Touros de baixa fertilidade, por permanecerem longos tempos no rebanho, causam grandes prejuízos na produtividade do sistema, quando não diagnosticados em tempo hábil. Esse exame deve ser realizado aproximadamente 60 dias antes da monta, descartando aqueles de baixa fertilidade.

- Adotar práticas de desmama - Além da desmama tradicional, efetuada entre seis e oito meses de idade, existem outros métodos de desmama que podem ser utilizados em situações extremas (Ex.: escassez de alimentos), com a finalidade única de garantir o desempenho reprodutivo das fêmeas, sem prejudicar o desenvolvimento dos bezerros. Destas, pode-se destacar a desmama precoce ou antecipada, a interrompida ou temporária e a amamentação controlada.

- Reduzir o estresse dos bezerros à desmama - Para amenizar o estresse causado pela desmama, recomenda-se colocar algumas vacas no lote dos bezerros, as chamadas "madrinhas", como também mantê-los em pastagem de alto valor nutricional.

- Controlar as doenças da esfera reprodutiva - Doenças como brucelose, tricomonose, campilobacteriose, leptospirose, rinotraqueíte infecciosa (IBR) e diarréia viral bovina (BVD) podem comprometer o desempenho reprodutivo do rebanho impedindo a fecundação, causando abortos ou produzindo bezerros com peso inferior à média. Portanto, com a orientação de um médico-veterinário experiente, deve-se elaborar um programa preventivo de controle sanitário.

- Avaliar a condição corporal das vacas ao parto - Vacas com boa condição corporal ao parto retornam ao cio mais cedo e apresentam maiores índices de concepção. A avaliação da condição corporal das fêmeas durante o terço final de gestação, que coincide com o período da seca, é uma ferramenta extremamente útil no manejo reprodutivo. Esse procedimento permite que correções no manejo alimentar possam ser efetuadas a tempo, de modo a garantir uma boa condição corporal ao parto e elevados índices de concepção.

- Preparar novilhas para reposição - O manejo desses animais, da desmama ao início da estação de monta, é de extrema importância na produtividade e lucratividade do rebanho de cria. Elas devem ser selecionadas e manejadas para atingirem a maturidade sexual mais cedo, reduzindo-se a idade à primeira cria e elevando-se a vida reprodutiva das fêmeas. Recomenda-se que as novilhas estejam com peso em torno de 65% do peso adulto no início da estação de monta.

- Organizar manejo dos animais para reprodução - Fundamentado em estudos de comportamento social e sexual é possível estabelecer algumas regras básicas do manejo dos animais em período de acasalamento, tais como:

  - Não misturar fêmeas de categorias diferentes, tanto na estação de reprodução como no período de parição.

  - Formar lotes homogêneos e com antecedência, para diminuir o efeito da dominância social sobre a fertilidade.

  - É recomendável que os touros, colocados no mesmo lote, tenham idade e peso semelhantes. Além disso, deve ser evitada a utilização de touros aspados e não aspados no mesmo lote.

- Utilizar pasto-maternidade - Ao se aproximar à época de nascimentos, as vacas prenhes devem ser separadas das demais categorias animais e conduzidas a um pasto-maternidade. Esse pasto deve estar

localizado próximo à sede para facilitar os atendimentos diários, tais como: auxiliar no fornecimento de colostro, imediata cura do umbigo, pesagem, identificação, possível ocorrência de partos distócicos e proteção contra predadores.

• Efetuar a castração dos machos - A castração tem como objetivo principal, facilitar o manejo, já que torna os animais mais dóceis, permite a mistura de bois e vacas e elimina distúrbios da conduta sexual. Outra vantagem observada é que as carcaças dos animais castrados são de melhor aceitação no mercado do que as dos inteiros. Observações:

- A castração no período seco do ano diminui a incidência de miíases.

- Evitar a castração no período da desmama, pois o nível de estresse ao qual os animais são submetidos nessa fase é alto.

FONTES CONSULTADAS

ELEMENTOS de apoio para as boas práticas agrícolas e o sistema APPCC. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 204 p. (Série Qualidade e Segurança dos Alimentos). Convênio PAS Campo: SENAI, SEBRAE, EMBRAPA.

EUCLIDES FILHO, K.; EUCLIDES, V. P. B.; CORRÊA, E. S. **Boas práticas na produção de bovinos de corte.** Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte, 2002. 25p. (Embrapa Gado de Corte. Documentos, 129).

VALLE, E. R. do; ANDREOTTI R.; THIAGO L. R. L. de S. **Técnicas de manejo reprodutivo em bovinos de corte.** Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte, 2000. 61p. (Embrapa Gado de Corte. Documentos, 93).

EUREPGAP. **Regulamento geral Eurepgap - IFA, pontos de controle e critérios de cumprimento Eurepgap - IFA, check list Eurepgap - IFA.** Versão 2.0. [S.l.]: Planejar Brasil, [2005]. 1 CD-ROM.

ANEXO 1

Exemplo de cálculo do GUT e GEE para o Estado de Mato Grosso do Sul

OBS.: Para os demais Estados consultar o Sistema Nacional de Cadastro Rural do Incra (www.incra.gov.br) para obter a classificação das zonas pecuárias (ZP) por microrregião e município de seu Estado.

- **Grau de Utilização da Terra (GUT)**

Tanto para cálculo do GUT como para o cálculo do GEE é necessário o conhecimento total da parte ambiental da propriedade, isto é, saber a área de Reserva Legal, de Preservação Permanente, de Interesse Ecológico, área em reforma (devidamente comprovada com a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, projeto técnico na fase de execução física, notas fiscais de sementes, adubos, insumos e outros e autorização para reforma), área com benfeitorias, de forma a possibilitar o cálculo da área aproveitável da propriedade (Área Total - Área não Aproveitável).

De posse da Área Aproveitável e da Área Utilizada (área com pastagens naturais e artificiais e com agricultura), o GUT pode ser calculado, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$\text{GUT} = \frac{\text{Área utilizada}}{\text{Área aproveitável}} \times 100$$

Obs.: Para cumprir a função social, a propriedade tem que ter o GUT igual ou superior a 80%.

- **Grau de Eficiência de Exploração, setor pecuário (GEE)**

O cálculo do GEE é efetuado a partir dos dados constantes na Ficha Sanitária do órgão estadual de defesa sanitária (base de cálculo utilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra), compõem-se os estoques mensais de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e eqüinos, conforme classificação demonstrada no Quadro 1.

Quadro 1. Classificação das categorias animais por faixa de idade e espécie.

Categoria	Idade
Bovinos machos e fêmeas	Até 1 ano
Bovinos machos e fêmeas	De 1 a 2 anos
Bovinos machos e fêmeas	De 2 a 3 anos
Bovinos machos e fêmeas	Mais de 3 anos
Novilhos(as) precoces	Até 2 anos
Novilhos(as) precoces	Mais de 2 anos
Bubalinos	Todos
Ovinos e caprinos	Todos
Eqüinos, asininos e muares	Todos

ANEXO 1

De posse desses dados, calculam-se as médias mensais de cada categoria, que seria a somatória dos estoques mensais até o mês calculado, dividido pelo número de meses ocorridos até então (o período compreendido para análise é dos últimos 12 meses). Por exemplo, para um período analisado de janeiro a dezembro, a média de março seria a somatória dos estoques de janeiro a março dividido por 3 e assim todos os meses. O cálculo do GEE é referente aos 12 meses anteriores à data em que está sendo realizado o cálculo.

De posse dessas médias mensais, o próximo passo é multiplicá-las pelos índices constantes no Quadro 2, para a obtenção das médias em Unidades Animais (UA) de cada categoria, conforme Instrução Normativa Incra nº 11, de 4 de abril de 2004.

Quadro 2. Índices de conversão conforme categoria animal e faixa de idade, para Mato Grosso do Sul.

Categoria	Idade	Índice de conversão	
		Planalto	Pantanal
Bovinos machos e fêmeas	Até 1 ano	0,31	0,26
Bovinos machos e fêmeas	De 1 a 2 anos	0,50	0,42
Bovinos machos e fêmeas	De 2 a 3 anos	0,75	0,63
Bovinos machos e fêmeas	Mais de 3 anos	1,00	0,83
Novilhos(as) precoces	Até 2 anos	0,87	0,72
Novilhos(as) precoces	Mais de 2 anos	1,00	0,83
Bubalinos	Todos	1,25	1,05
Ovinos e caprinos	Todos	0,25	0,19
Eqüinos, asininos e muares	Todos	1,00	0,83

UA = unidade animal, aproximadamente 450 kg de peso vivo.

A média mensal total de UA corresponde à soma das Unidades Animais de todas as categorias. Para cálculo mensal do GEE em pecuária, divide-se o total de UA do mês pelo índice de lotação pecuária da propriedade e, depois, pela área ocupada com pecuária (pastagens, áreas aproveitáveis e não utilizadas). Verificar a Zona de Pecuária por município do seu Estado. Para exemplificar, no **Quadro 3** são apresentados os índices de lotação para as cinco zonas pecuárias do Estado de Mato Grosso do Sul (Índices Básicos do Sistema Nacional de Cadastro Rural, Incra).

ANEXO 1

Quadro 3. Índices de lotação (em UA) para Mato Grosso do Sul, de acordo com a zona pecuária (ZP) na qual se localiza a propriedade.

ZP	Região	Unidade Animal
1	Não tem em Mato Grosso do Sul	1,20
2	Nova Andradina, Dourados e Iguatemi	0,80
3	Alto Taquari, Campo Grande, Cassilândia, Bodoquena e Outros	0,46
4	Não tem em Mato Grosso do Sul	0,23
5	Baixo Pantanal, Aquidauana e Miranda	0,13

- **Grau de Eficiência de Exploração (GEE), setor agrícola**

Para cálculo do GEE do setor agrícola, divide-se a quantidade colhida (comprovada por notas fiscais e/ou comprovantes de depósito em armazéns oficiais) pelo índice de produtividade da região, obtendo-se a área equivalente em agricultura que, dividida pela área cultivada, resulta no GEE do setor agrícola, conforme Instrução Normativa do Incra n° 11/2004.

- **Grau de Eficiência Total (GEE total)**

Para o cálculo do GEE total, divide-se a média de UA dos 12 meses pelo Índice de lotação, resultando na área equivalente em pecuária; soma-se a área equivalente em agricultura (explicado no item anterior), obtendo-se a área equivalente explorada na propriedade; esta dividida pela área aproveitável resulta no GEE.

$$GEE = \frac{(\text{Área equivalente em pecuária} + \text{Área equivalente em agricultura})}{\text{Área aproveitável}} \times 100$$

Obs.: Para cumprir a função social, a propriedade tem que possuir um GEE total igual ou superior a 100%.

ANEXO 2

Leis ambientais mais importantes relacionadas à produção agropecuária

- **Lei dos Agrotóxicos - Lei N° 7.802, de 11 de julho de 1989:** Regulamenta desde a pesquisa e fabricação dos agrotóxicos até sua comercialização, aplicação, controle, fiscalização e também o destino da embalagem.

- **Engenharia Genética - Lei N° 8.974, de 5 de janeiro de 1995:** Regulamentada pelo Decreto 1752, de 20/12/1995, a lei estabelece normas para aplicação da engenharia genética, desde o cultivo, manipulação e transporte de organismos geneticamente modificados (OGM), até sua comercialização, consumo e liberação no meio ambiente.

- **Lei de Proteção a Fauna - Lei N° 5.197 de 3 de janeiro de 1967:** Classifica como crime o uso, perseguição, apanha de animais silvestres, a caça profissional, o comércio de espécimes da fauna silvestre e produtos que derivaram de sua caça, além de proibir a introdução de espécie exótica (importada) e a caça amadorística sem autorização do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

- **Política Agrícola - Lei N° 8.171 de 17 de janeiro de 1991:** Esta lei, que dispõe sobre Política Agrícola, coloca a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos.

- **Recursos Hídricos - Lei N° 9.433 de 8 de janeiro de 1997:** A lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos define a água como recurso natural limitado dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (por exemplo: consumo humano, produção de energia, transporte aquaviário, lançamento de esgotos).

- **Código Florestal - Lei N° 4.771 de 15 de setembro de 1965 e MP 2.166-67 de 24 de agosto de 2001:** Regulamenta as ações relacionadas com a flora nativa, principalmente as atividades de manejo, exploração, comercialização dos recursos dela provenientes. O Código Florestal também limita o uso de algumas partes da propriedade: como as áreas de preservação permanente e a reserva legal (alguns artigos que tratam de reserva legal foram alterados pela Medida Provisória 2.166-67 / 2001 - o produtor deve ficar atento).

- **Política Nacional do Meio Ambiente - Lei N° 6.938, de 17 de janeiro de 1981:** A mais importante lei ambiental. Define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente de culpa.

ANEXO 3

Normas para trânsito de animais vivos suscetíveis à febre aftosa entre os diferentes Estados da Federação

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é o órgão responsável pela emissão de normas para trânsito interestadual de animais, seus produtos e subprodutos.

Com relação à febre aftosa, atualmente o Brasil possui quatro diferentes status, a saber:

- Área livre de febre aftosa sem vacinação.
- Área livre de febre aftosa com vacinação.
- Zona tampão.
- Área infectada.

Obs.: Atualmente, apenas o Estado de Santa Catarina é considerado zona livre de febre aftosa sem vacinação, porém sem reconhecimento internacional.

Assim, para o trânsito de animais suscetíveis à febre aftosa, seus produtos e subprodutos entre essas diferentes áreas, além da exigência da Guia de Trânsito Animal, são relacionadas a seguir as regras específicas:

- Animais oriundos de uma zona livre de febre aftosa sem vacinação e destinados a qualquer outra zona, de qualquer status: trânsito permitido, desde que no destino os animais sejam imediatamente revacinados contra febre aftosa. Fica proibido o trânsito de bovinos e bubalinos de qualquer área brasileira destinados à zona livre de febre aftosa sem vacinação.
- Animais oriundos de zona tampão e destinados a uma zona livre de febre aftosa com vacinação: os animais deverão ser quarentenados na origem por no mínimo 30 dias, em local previamente aprovado pelo Serviço Oficial, com realização de sorologia para febre aftosa. Se todos os animais forem negativos ao teste, estarão aptos a transitar, desde que seja feita uma autorização pelo órgão de defesa sanitária do destino dos animais. No destino, novo isolamento deverá ser realizado, por, no mínimo, 14 dias, em local previamente aprovado, onde deverão ser repetidos os testes.
- Animais oriundos de área infectada e destinados a outra zona, de qualquer status: proibido.
- Não existe qualquer restrição para o trânsito de animais entre Estados que pertencem a um mesmo status.

Essa classificação de status dos diferentes Estados é dinâmica, pois é feita em função da ocorrência de focos de febre aftosa, implantação do programa de erradicação da febre aftosa, presença de um sistema de atenção veterinária e de vigilância e do índice de cobertura vacinal.

Para saber qual a exigência para trânsito e o status do Estado de destino ou de origem dos animais, contate previamente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou o órgão de defesa sanitária animal estadual.

ANEXO 4

Objetivos e Instruções para preenchimento da lista de verificações

Objetivo: Avaliar os procedimentos que estão sendo utilizados na propriedade rural, com a finalidade de garantir ao mercado consumidor a produção de alimentos seguros oriundos de sistemas de produção economicamente viáveis e que respeitam as legislações sociais, trabalhistas e ambientais, além de proporcionar bons tratos aos animais.

Processo de avaliação: Preenchimento da lista de verificação pelo técnico credenciado pela Embrapa/Senar, para identificar e avaliar os procedimentos que estão sendo atualmente adotados na propriedade rural (perfil de entrada). Os itens que não estão em conformidade com os procedimentos recomendados pelas Boas Práticas Agropecuárias poderão ser adequados pelo produtor, e o prazo para a sua implementação deve ser discutida com o técnico que está efetuando a avaliação. Após a conclusão das adequações necessárias, comprovadas pela lista de verificação (perfil de saída) a propriedade estará apta a receber um certificado de implantação das Boas Práticas Agropecuárias, a ser conferido pela Embrapa e Senar.

Preenchimento do formulário e lista de verificações

1. Identificação da propriedade: Preencher corretamente todos os campos do formulário de identificação da propriedade.

2. Lista de verificações:

- A primeira coluna " Ponto de controle" consta a relação dos procedimentos recomendados pelas Boas Práticas Agropecuárias a serem observados na propriedade.

- Iniciar o preenchimento pela segunda coluna de "aplicabilidade" no sentido vertical, indicando com a letra "A" todos os pontos de controle aplicáveis e com "NA" todos os pontos de controle não aplicáveis ao tipo sistema produção empregado.

- A terceira coluna, de "obrigatoriedade", já está preenchida conforme seu grau de importância, ou seja, O = obrigatório, R + = altamente recomendável e R = recomendável.

- As linhas da quarta coluna, "conformidade", devem ser indicadas com a letra "C" quando estão em conformidade com o critério de avaliação de cada linha, ou com "NC" quando não estão em conformidade. Se o atendimento ao critério de avaliação for total, indicar na quarta coluna com a letra "T" e se for parcial, indicar com a letra "P".

- Na última coluna, "Observações / Recomendações", descrever obrigatoriamente e detalhadamente as melhorias e os procedimentos que devem ser tomadas para a correção das mesmas.

- Toda a vistoria deve ser acompanhada pelo proprietário ou responsável pela propriedade.

- Todas as páginas da lista de verificações devem ser assinadas pelo produtor ou responsável pela propriedade e pelo técnico.

Formulário de identificação da propriedade

Propriedade		
Razão social:		
Município:		Estado:
Localização:		
Telefone:		
Produtor		
Nome:		
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone:	e-mail:	
Possui vínculo com entidade ou associação de produtor?	( ) Sim	( ) Não
Quais?		
Tipos de Posse		
( ) Proprietário ( ) Arrendatário ( ) Parceria ( ) Outros		
Administração da Propriedade		
( ) Próprio produtor	Escolaridade:	
( ) Profissional c/ 3º Grau - Profissão:	Nome:	
( ) Técnico agropecuário	Nome:	
( ) Outro:	Nome:	
Número de Empregados		
Permanentes:	Temporários:	
Sistema de Produção		
Integração agricultura - pecuária	( ) Sim	( ) Não
Cria	( ) Sim	( ) Não
Recria	( ) Sim	( ) Não
Engorda	( ) Sim	( ) Não
Número total de cabeças:	Número de matrizes:	
Número de cabeças abatidas por ano:	Idade média de abate dos bois:	
Outras criações de importância econômica	( ) Sim	( ) Não
Quais:		
Área da Propriedade		
Área total:	Área de agricultura:	
Área de pastagem cultivada:	Área de reserva legal:	
Área de pastagem nativa:	Outras áreas:	
Possui mapa/geo-referenciamento	( ) Sim ( ) Não	Coordenadas:
Recursos Hídricos		
( ) Rio ( ) Córrego ( ) Represa ( ) Tanque ( ) Outros:		
Dados do Técnico Responsável pela Vistoria		
Nome:		
Profissão:	Número no Conselho:	
Tel./Cel:	e-mail:	
Endereço:		

Assinatura do produtor: ______________________

Assinatura do técnico: ______________________

Data da vistoria: ____ / ____ / ____

( ) Perfil de entrada ( ) Perfil de manutenção ( ) Perfil de saída

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
1	**GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**						
1.1	A propriedade possui um planejamento de desenvolvimento formal, contendo objetivos, meios para alcançá-los, responsabilidades e cronograma de execução?	A	R			Verificar o planejamento e sua funcionalidade.	
1.2	Realiza previsão de receitas e despesas no início de cada ano?	A	R			Verificar os registros.	
1.3	Elabora programação de investimentos, com cronograma, no início de cada ano?	A	R			Verificar documentos referentes a essa programação.	
1.4	Prepara e expõe quadros-murais com cronogramas de execução das principais tarefas a realizar no dia-a-dia?	A	R+			Verificação visual e entrevista com funcionários para verificar o conhecimento e interpretação dos quadros.	
1.5	Delega responsabilidades aos empregados com atribuições e recompensas claramente definidas?	A	R+			Entrevistar o responsável pelo setor e os funcionários.	
1.6	Atende as obrigações trabalhistas, fiscais e sanitárias?	A	O			Verificar os documentos que comprovam o atendimento dessa norma.	
1.7	Utiliza e preenche corretamente fichas de controle zootécnico?	A	O			Verificar as fichas de controle.	
1.8	Mantém registros atualizados de todos os insumos utilizados na propriedade?	A	R+			Verificar os registros.	
1.9	Registra e consolida as receitas e despesas mensais e o resultado anual?	A	R			Verificar os registros.	

Aplicabilidade: A - Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R + - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

Assinatura do técnico:

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
1.10	Avalia os custos de produção e o desempenho econômico da atividade?	A	R			Verificar os registros.	
2	**FUNÇÃO SOCIAL DO IMÓVEL RURAL**						
2.1	As obrigações da área social são devidamente cumpridas?	A	O			Atender todas obrigatoriedades do item 3 (Responsabilidade Social)	
2.2	As obrigações da área ambiental são devidamente cumpridas?	A	O			Atender todas obrigatoriedades do item 4 (Gestão Ambiental)	
2.3	Tem conhecimento do cálculo dos índices de produtividade?	A	R			Entrevista com produtor ou responsável pela propriedade.	
2.3.1	O Grau de Utilização da Terra (GUT) é igual ou superior a 80%?	A	O			Verificar ITR referente ao ano anterior à auditoria.	
2.3.2	O Grau de Eficiência da Exploração (GEE) é igual ou superior a 100%?	A	O			Verificar ITR referente ao ano anterior à auditoria.	
3	**RESPONSABILIDADE SOCIAL**						
3.1	Registra os funcionários em carteira e faz contrato trabalhista?	A	O			Verificar os registros (carteira de trabalho e contratos).	
3.2	Realiza os exames médicos admissional e demissional para todos os funcionários?	A	R+			Verificar registros dos exames.	
3.3	Recolhe a contribuição previdenciária mensalmente?	A	O			Verificar comprovantes de recolhimento.	
3.4	Recolhe o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mensalmente?	A	O			Verificar comprovantes de recolhimento.	
3.5	Recolhe a contribuição sindical da categoria, de acordo com a legislação?	A	O			Verificar comprovante de recolhimento anual.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R+ - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

Assinatura do técnico:

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
3.6	Orienta os empregados e sua família quanto às noções básicas de higiene e saúde?	A	R+			Entrevistar o responsável pela propriedade e funcionários.	
3.7	Facilita o acesso dos funcionários e sua família à saúde pública preventiva?	A	R+			Entrevistar o responsável pela propriedade e funcionários.	
3.8	Facilita o acesso das crianças à escola?		O			Entrevistar o responsável pela propriedade e funcionários.	
3.9	Garante o descanso semanal ao funcionário?	A	R			Entrevistar o responsável pela propriedade e funcionários.	
3.10	Oferece capacitação aos funcionários de acordo com as suas funções, mantendo-se os registros dessas atividades?	A	O			Verificar registros e entrevistar funcionários.	
3.11	Orienta os funcionários para o uso correto dos equipamentos de proteção individual (EPI)?	A	O			Entrevistar os funcionários e demonstração de utilização pelos mesmos.	
3.12	Disponibiliza aos funcionários moradias em boas condições de habitação?		R+			Verificação visual.	
3.13	Respeita a proibição da utilização de trabalho escravo ou infantil?	A	O			Entrevistar o responsável pela propriedade e funcionários.	
4	**GESTÃO AMBIENTAL**						
4.1	O produtor e/ou responsável pela propriedade conhece a lei ambiental brasileira?	A	R+			Entrevistar o responsável pela propriedade.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R + - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor: ____________________

Assinatura do técnico: ____________________

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
4.2	Quanto à área de preservação permanente:						
4.2.1	Mantém as áreas de florestas e vegetações naturais conforme a legislação ambiental?	A	O			Verificação visual, entrevista com o responsável pela propriedade e verificação de mapas, registros do imóvel e ITR.	
4.2.2	Caso não mantenha, existe projeto de reconstituição dessas áreas?		O			Verificar o projeto de reconstituição.	
4.3	Quanto à reserva legal obrigatória:						
4.3.1	A área de reserva é mantida?	A	O			Verificação visual, entrevista com o responsável pela propriedade e verificação de mapas, registros do imóvel e ITR.	
4.3.2	Atende o percentual de reserva legal seguindo legislação regional em vigor?	A	O			Verificação visual, entrevista com o responsável pela propriedade e verificação de mapas, registros do imóvel e ITR.	
4.3.3	Caso não atenda, existe projeto de recomposição dessa área (PRADE)?		O			Verificar projeto de recomposição.	
4.3.4	Averbou a área de reserva legal?		O			Verificar registro do imóvel.	
4.3.5	Há exploração sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com princípios e critérios técnicos e científicos estabelecidos em regulamentos?		O			Verificar projeto e licença para essa atividade.	
4.4	Quanto às áreas de inclinação entre 25 e 45 graus:						
4.4.1	Mantém a vegetação dessas áreas?		O			Verificação visual, entrevista com o responsável pela propriedade e verificação de mapas, registros do imóvel e ITR.	
4.4.2	Quando feita a extração de toras nessas áreas, o manejo é racional?		R+			Verificar projeto e licença para essa atividade.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R+ - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

Assinatura do técnico:

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
4.5	Licenciamento ambiental:						
4.5.1	Solicita o licenciamento ambiental antes de qualquer empreendimento ou exploração de recursos naturais?	A	O			Verificar os registros (licenças obtidas).	
4.5.2	Solicita a autorização ambiental nas atividades em que não é obrigatório o licenciamento?	A	O			Verificar os registros (autorizações obtidas).	
4.6	Realiza a coleta seletiva dos resíduos sólidos da propriedade?	A	R+			Verificação visual e entrevista com o responsável pela propriedade e funcionários.	
4.6.1	Armazena e descarta as embalagens vazias de medicamentos e produtos veterinários de acordo com as recomendações dos órgãos estaduais de defesa sanitária e ambiental e do responsável pela sanidade do rebanho?	A	O			Verificação visual e entrevista com o responsável pela propriedade e funcionários.	
4.6.2	Armazena as embalagens de agroquímicos, destinando-as, posteriormente, às unidades de recebimento?		O			Verificação visual e entrevista com o responsável pela propriedade e funcionários.	
4.7	Adota medidas para combater qualquer tipo de erosão do solo ?	A	R+			Verificação visual.	
4.8	Mantém a restrição de acesso do gado aos cursos d'água?		R+			Verificação visual.	
4.9	Adota medidas preventivas contra queimadas indesejáveis?	A	R+			Verificação visual e entrevista com o responsável pela propriedade e funcionários.	
4.10	Faz trabalho de conscientização de preservação ambiental com os funcionários e seus familiares?	A	R+			Entrevista com o responsável pela propriedade e funcionários e verificar os registros dos treinamentos/ palestras.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R + - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

Assinatura do técnico:

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
	INSTALAÇÕES RURAIS						
5.1	É dada preferência às cercas de arame liso?	A	R+			Verificação visual.	
5.1.1	As lascas e moirões estão livres de farpas, pregos, parafusos ou pontos salientes?	A	R+			Verificação visual.	
5.1.2	As cercas eletrificadas apresentam voltagem adequada, seguindo as recomendações do fabricante?		R+			Verificar projeto de instalação.	
5.1.3	Os aterramentos e isolamentos das cercas eletrificadas são adequados, seguindo as recomendações do fabricante?		R+			Verificar projeto de instalação.	
5.2	Utiliza corredores para facilitar o deslocamento dos animais entre pastos e/ou para o curral?		R			Verificação visual.	
5.3	O curral (mangueiro) foi construído na posição central da propriedade, em terreno firme e seco, visando à realização de todas as práticas de trato com o gado, com eficiência, segurança e conforto?	A	R			Verificação visual.	
5.3.1	Possui pontos de água (torneira e bebedouro) e energia elétrica no curral (mangueiro)?	A	R+			Verificação visual.	
5.3.2	As paredes do curral e do embarcadouro são lisas, sem pontas e cabeças salientes de pregos e parafusos, ou ferragens?	A	O			Verificação visual.	

Aplicabilidade: A - Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R+ - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

Assinatura do técnico:

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
5.3.3	O curral tem tronco coberto?	A	R+			Verificação visual.	
5.3.4	As paredes internas do brete, da seringa e do embarcadouro são vedadas nas laterais?	A	R+			Verificação visual.	
5.3.5	Possui balança (eletrônica ou mecânica) para monitoramento do desenvolvimento ponderal dos animais?	A	R			Verificação visual.	
5.3.6	A rampa de acesso dos animais ao caminhão de transporte tem leve inclinação com o último "lance" na horizontal e altura adequada para o embarque?	A	R+			Verificação visual.	
5.4	Limpa os bebedouros periodicamente?	A	R+			Verificação visual e entrevista com os funcionários.	
5.4.1	Os reservatórios de água estão localizados nos pontos mais altos da propriedade, com capacidade para abastecer os bebedouros com segurança?		R			Verificação visual.	
5.5	A estrutura e a localização dos cochos são adequadas ao fornecimento dos suplementos em uso, seguindo as recomendações técnicas?	A	R			Verificação visual.	
5.5.1	Os cochos para fornecimento de concentrados e volumosos são suficientes para todos os animais a serem suplementados?		R			Verificação visual.	
5.6	Os cercados para creep-feeding estão localizados e instalados conforme as recomendações técnicas?		R			Verificação visual.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R+ - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

Assinatura do técnico:

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
5.7	Quanto à instalação para confinamento:						
5.7.1	Obteve autorização do órgão responsável pelo meio ambiente antes de se iniciar a atividade?		O			Verificar projeto e licença.	
5.7.2	O confinamento está em área elevada e com leve declive para evitar umidade e lama?		R			Verificação visual.	
5.7.3	O confinamento está próximo do centro de manejo dos animais?		R			Verificação visual.	
5.7.4	As áreas de produção, preparo e armazenamento de alimentos estão próximas do confinamento?		R			Verificação visual.	
5.7.5	Os cochos estão dispostos de forma a facilitar o fornecimento de alimentos?		R			Verificação visual.	
5.7.6	Adota medidas para proteger os animais confinados do excesso de calor durante os períodos mais quentes do dia?		R			Verificação visual.	
5.7.7	O piso ao redor dos bebedouros e cochos são bem drenados?		R+			Verificação visual.	
5.7.8	Adota manejo de resíduos, visando prevenir a contaminação do ar, água e solo?		O			Verificação visual e registros.	
5.8	Quanto ao armazenamento de insumos:						
5.8.1	Os depósitos de concentrados e volumosos estão localizados próximos aos locais de utilização?		R			Verificação visual.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R + - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

Assinatura do técnico:

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
5.8.2	Protege as aberturas desses depósitos para evitar a entrada de pássaros, roedores e outros animais?		R+			Verificação visual.	
5.8.3	Emprega proteções contra umidade e os depósitos são mantidos sempre secos e bem ventilados?		R+			Verificação visual.	
5.8.4	Sinaliza os produtos armazenados, com identificação visual de cada grupo de insumos, medicamentos ou agroquímicos?		O			Verificação visual.	
5.8.5	Mantém os rótulos bem visíveis?	A	O			Verificação visual.	
5.8.6	A temperatura e forma de estocagem dos produtos seguem as normas do fabricante?	A	O			Verificação visual e entrevista.	
5.8.7	Descarta adequadamente os produtos vencidos?	A	O			Verificação visual e entrevista com o funcionário responsável.	
5.8.8	Os adubos e agroquímicos estão em depósitos separados dos suplementos alimentares e rações, longe de residências, fontes de água e abrigos de animais?		O			Verificação visual.	
5.8.9	Mantém as portas de acesso trancadas?		R+			Verificação visual e entrevista com o funcionário responsável.	
5.8.10	Sinaliza e mantém a proibição de acesso de crianças e pessoas estranhas?		O			Verificação visual e entrevista com o funcionário responsável.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R + - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

____

Assinatura do técnico:

____

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
5.8.11	Os equipamentos de segurança e emergência estão facilmente disponíveis?		O			Verificação visual.	
5.8.12	Está clara a proibição de fumar, comer, beber e acender fogo no interior do depósito?		O			Verificação visual.	
6	MANEJO PRÉ-ABATE E BONS TRATOS NA PRODUÇÃO ANIMAL						
6.1	Quanto ao manejo pré-abate						
6.1.1	Respeita a proibição do uso de cães, paus ou qualquer objeto pontiagudo no manejo e condução dos animais?	A	O			Verificação visual e entrevista com funcionários.	
6.1.2	Agrupa os animais previamente em lotes uniformes para serem embarcados de acordo com a categoria animal?	A	R+			Entrevista com responsável pelo manejo dos animais e funcionários.	
6.1.3	Os caminhões estão de acordo com as especificações técnicas recomendadas e os motoristas devidamente capacitados para evitar danos ao couro e à carcaça?	A	R+			Entrevista com o responsável pelo embarque dos animais.	
6.1.4	Respeita as lotações máximas dos caminhões, por categoria animal, e o período de adaptação dos animais antes de se iniciar o transporte?	A	R+			Entrevista com o responsável pelo embarque dos animais.	
6.1.5	É dada preferência para que o transporte seja efetuado durante os horários mais frescos do dia?	A	R			Entrevista com o responsável pelo embarque dos animais.	
6.1.6	Evita o transporte de animais aparentemente doentes e sem condições de transporte?	A	O			Entrevista com o responsável pelo embarque dos animais.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R+ - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

Assinatura do técnico:

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
6.2	Quanto aos bons tratos na produção animal						
6.2.1	Em confinamento, assegura espaço mínimo para não prejudicar o bem-estar animal e seu desempenho produtivo?		R+			Verificação visual e entrevista com responsável pelo confinamento e funcionários.	
6.2.2	Maneja os lotes de acordo com a categoria animal e não mistura animais mochos com aspados?	A	R			Verificação visual e entrevista com responsável pelo confinamento e funcionários.	
6.2.3	Mantém sombreamento suficiente para proteger os animais das horas mais quentes do dia?	A	R			Verificação visual.	
6.2.4	Todos os animais têm disponibilidade e facilidade de acesso à água, durante todo o ano?	A	O			Verificação visual e entrevista com funcionários.	
6.2.5	Treina as pessoas que lidam com os animais para proporcionar manejo tranqüilo evitando estresses agudos e crônicos?	A	R+			Entrevista com o responsável pela propriedade e funcionários. Verificar registros de treinamento.	
7	FORMAÇÃO E MANEJO DE PASTAGENS						
7.1	Quanto à formação e recuperação de pastagens						
7.1.1	Atende a legislação ambiental na implantação de novas pastagens?	A	O			Verificar projeto e licença ambiental.	
7.1.2	Utiliza forrageiras adaptadas ao solo, clima e sistema de produção?	A	R			Verificação visual e entrevista com o responsável pela propriedade.	
7.1.3	Utiliza apenas insumos aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento?	A	O			Verificar registro dos insumos utilizados na propriedade.	

Aplicabilidade: A - Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R + - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor: ______________________

Assinatura do técnico: ______________________

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
7.1.4	Utiliza sementes certificadas e nas quantidades recomendadas?	A	R+			Verificar registro dos insumos utilizados na propriedade e entrevistar o responsável.	
7.1.5	Os insumos utilizados provêm de empresas idôneas e seguem-se as recomendações técnicas dos fabricantes?	A	R			Verificar registro dos insumos utilizados na propriedade e entrevistar o responsável.	
7.1.6	Emprega os corretivos e fertilizantes de acordo com a análise física e química do solo?	A	R+			Entrevistar o responsável.	
7.1.7	Planta as gramíneas na época correta, de acordo com o sistema de produção e seguindo as orientações técnicas?	A	R			Entrevistar o responsável.	
7.1.8	Utiliza práticas de conservação do solo para evitar o surgimento de erosões?	A	R+			Verificação visual.	
7.1.9	Utiliza os herbicidas seguindo as recomendações técnicas?		O			Verificar receituários e entrevistar o responsável.	
7.1.10	Utiliza a diversificação de pastagem, impedindo o monocultivo?		R+			Verificação visual.	
7.1.11	Utiliza a consorciação de gramíneas com leguminosas?		R			Verificação visual.	
7.2	Quanto ao manejo das pastagens						
7.2.1	Faz planejamento alimentar visando apoiar a tomada de decisões quanto à taxa de lotação e manejo dos recursos forrageiros (orçamento forrageiro)?	A	R+			Verificar os registros.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R + - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

Assinatura do técnico:

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
7.2.2	Não utiliza o fogo como forma de manejo das pastagens?	A	R+			Verificação visual e entrevista com o responsável pela propriedade.	
7.2.3	Efetua a reposição de nutrientes de acordo com análises de solo?	A	R+			Verificar registros das análises do solo, das aplicações dos insumos e entrevistar responsável.	
7.2.4	Não utiliza a cama-de-frango como adubo orgânico nas pastagens, mesmo após compostagem?	A	O			Verificar registros de entrada de insumos e entrevistar o responsável pela propriedade e funcionários.	
7.2.5	Controla as plantas invasoras?	A	R			Verificação visual e entrevista com responsável pela propriedade.	
7.2.6	A utilização de defensivos agrícolas é feita por pessoal treinado e devidamente equipado com EPI?		O			Entrevista com o responsável pela propriedade e funcionários.	
8	**SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR**						
8.1	Utiliza apenas insumos aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento?	A	O			Verificar os registros de entrada e aplicação de insumos.	
8.2	Não utiliza suplementos de origem animal?	A	O			Verificar os registros de entrada de insumos, entrevistar o responsável e os funcionários.	
8.3	Não utiliza, como aditivo alimentar, antibióticos não aprovados?	A	O			Verificar os registros de entrada de insumos, entrevistar o responsável e os funcionários.	
8.4	Não utiliza hormônios ou promotores de crescimento?	A	O			Verificar os registros de entrada de insumos, entrevistar o responsável e os funcionários.	
8.5	Registra e atualiza os cadastros de todos os insumos utilizados na alimentação do rebanho?	A	R+			Verificar os cadastros.	
8.6	Os estoques de suplementos são suficientes e adequados?		R			Verificação visual e entrevista com o responsável.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R + - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

Assinatura do técnico:

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
8.7	Verifica o estado de conservação dos alimentos, antes de fornecê-los aos animais?		R+			Verificação visual e entrevista com o responsável e funcionários.	
8.8	Recebe orientação de um técnico especializado para formular as rações?		R+			Verificar os registros das formulações assinadas pelo responsável técnico.	
9	**IDENTIFICAÇÃO ANIMAL E RASTREAMENTO**						
9.1	Quanto à identificação animal						
9.1.1	Identifica todos os animais ao nascimento?		R+			Verificação visual e entrevista com o responsável.	
9.1.2	Utiliza um sistema de identificação que permite a verificação e comprovação dos dados numéricos e descritivos, relacionados com o histórico dos animais?	A	O			Verificar se os identificadores atendem a esses requisitos.	
9.1.3	Segue as normas e procedimentos, de rastreamento e certificação, estipulados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento?		O			Verificação visual e de registros.	
9.1.4	Utiliza um sistema de identificação que garante a individualidade do animal?	A	O			Verificação visual.	
9.1.5	Faz a marcação a ferro quente apenas nos locais permitidos pela legislação em vigor?	A	O			Verificação visual e entrevista com funcionários.	

Aplicabilidade: A - Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R + - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

Assinatura do técnico:

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
9.2	Quanto ao rastreamento						
9.2.1	Registra nas fichas de controle todas as ocorrências (nascimentos, mortes, controles sanitário e reprodutivo, suplementação) e movimentações de animais (compra, venda e transferências)?	A	O			Verificação das fichas de controle.	
9.2.2	Disponibiliza as fichas e arquivos de controle, aos fiscais de inspeção sanitária e aos auditores ligados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quando solicitados?	A	O			Verificar se as fichas estão disponíveis na propriedade.	
9.2.3	Exige, na aquisição de animais, a Guia de Transporte Animal (GTA) e respeita a devida quarentena?	A	O			Verificar registros (GTAs) e entrevistar o responsável pelo manejo do rebanho.	
9.2.4	Informa devidamente à certificadora responsável, as movimentações e ocorrências dos animais rastreados e certificados?		O			Verificar registros e entrevistar o responsável.	
10	**CONTROLE SANITÁRIO**						
10.1	O calendário de controle sanitário é efetuado com auxílio de um médico-veterinário?	A	R+			Solicitar calendário de controle sanitário assinado pelo médico-veterinário responsável.	
10.2	O calendário de imunização preventiva e obrigatória do rebanho atende os programas oficiais de vacinação e o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT)?	A	O			Verificar se este está incluído no calendário de controle sanitário (item 10.1).	
10.3	As vacinas e medicamentos utilizados são aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento?	A	O			Solicitar comprovação de aquisição das vacinas e medicamentos.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R + - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor: ______________________

Assinatura do técnico: ______________________

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
10.4	Quanto a aplicação e uso das vacinas						
10.4.1	As vacinas, durante o armazenamento, transporte e aplicação, são mantidas na temperatura recomendada?	A	O			Verificação visual, mensuração da temperatura de armazenamento e entrevistar os responsáveis.	
10.4.2	As seringas e agulhas são devidamente esterilizadas e estão em boas condições de uso?	A	O			Verificação visual e entrevistar os funcionários sobre a forma de esterilização das agulhas e seringas.	
10.4.3	O local, as vias de aplicação e as doses recomendadas são respeitados?	A	O			Entrevistar o responsável pelo manejo sanitário do rebanho.	
10.4.4	É feita a contenção dos animais para a aplicação das vacinas?		R+			Entrevistar os funcionários responsáveis pela vacinação.	
10.4.5	É observado um período de descanso ou recuperação para animais debilitados ou submetidos a atividades desgastantes, antes da vacinação?	A	R+			Entrevistar os funcionários responsáveis pela vacinação.	
10.5	Quanto à medida de controle:						
10.5.1	Os animais são vacinados conforme o calendário oficial e entregam a comprovação dos fatos ao órgão de defesa sanitária, quando necessário?	A	O			Verificar os registros de ocorrências sanitárias.	
10.5.2	Os animais mortos são prontamente eliminados?	A	O			Verificação visual e entrevista com o responsável pelo manejo do rebanho.	
10.5.3	A eliminação das carcaças é feita por meio de enterro ou incineração, de acordo com os critérios definidos pela respectiva autoridade competente?	A	R+			Verificação visual e entrevista com o responsável pelo manejo do rebanho.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R + - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

Assinatura do técnico:

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

	Ponto de controle	A/NA	O/R	C/NC	P/T	Procedimentos de avaliação	Observações/Recomendações
10.5.4	Os responsáveis pelo controle sanitário são devidamente treinados, conhecedores dos riscos e procedimentos?	A	R+			Entrevistar o responsável pela propriedade e funcionários e solicitar os comprovantes de treinamento.	
10.5.5	A movimentação de animais entre Estados da federação é comunicada aos órgãos de defesa sanitária?	A	O			Solicitar comprovação (GTA) e entrevistar o responsável.	
10.5.6	O órgão de defesa sanitária é informado da ocorrência de doenças de comunicação obrigatória?	A	O			Entrevistar o responsável pelo manejo sanitário do rebanho.	
10.5.7	Há disponibilidade de banheiros em pontos estratégicos da propriedade, para se evitar a disseminação da cisticercose?	A	R+			Verificação visual.	
11	**MANEJO REPRODUTIVO**						
11.1	O período de monta estabelecido está adequado ao sistema de produção?		R+			Verificar calendário de período de monta.	
11.2	Os lotes de novilhas, primíparas e vacas multíparas são manejados separadamente?		R			Entrevista com o responsável pelo rebanho.	
11.3	A infra-estrutura disponível é compatível com o tipo de acasalamento utilizado?		R			Verificação visual e entrevista com o responsável pelo manejo reprodutivo.	
11.4	A relação touro/vaca é compatível com o sistema de produção em uso?		R+			Entrevista com o responsável pelo manejo reprodutivo.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R + - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

____

Assinatura do técnico:

____

Lista de verificação para implantação das Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte, na propriedade rural.

Ponto de controle		A/NA	O/R	C/NC	P/T		
11.5	O diagnóstico de gestação é efetuado por médico-veterinário, descartando-se as fêmeas inaptas à reprodução?		R+			Entrevista com o responsável pelo manejo reprodutivo.	
11.6	É realizado o exame andrológico dos touros antes do período de monta?		R+			Entrevista com o responsável pelo manejo reprodutivo.	
11.7	É utilizada alguma prática de desmama em condições de extrema necessidade?		R			Entrevista com o responsável pelo manejo reprodutivo.	
11.8	Adota alguma prática de redução de estresse dos bezerros a desmama?		R			Entrevista com o responsável pelo manejo reprodutivo.	
11.9	É feito o controle preventivo das doenças da esfera reprodutiva?		O			Verificar o calendário sanitário e entrevista com o responsável pelo manejo reprodutivo.	
11.10	É feita a avaliação corporal das fêmeas no terço final de gestação e ao parto?		R			Entrevistar o responsável pelo manejo reprodutivo.	
11.11	As novilhas de reposição são selecionadas e manejadas para atingir a maturidade sexual mais precocemente?		R			Entrevistar o responsável pelo manejo reprodutivo.	
11.12	São preparados e manejados, com antecedência, lotes homogêneos de animais para o período de monta?		R			Entrevistar o responsável pelo manejo reprodutivo.	
11.13	É utilizado pasto-maternidade no manejo reprodutivo?		R			Entrevistar o responsável pelo manejo reprodutivo.	
11.14	A castração dos machos é efetuada na idade e na época mais adequada ao sistema de produção?		R			Entrevistar o responsável pelo manejo dos animais.	

Aplicabilidade: A- Aplicável; NA - Não aplicável
Obrigatoriedade: O - Obrigatório; R + - Altamente recomendável; R - Recomendável

Conformidade: C - Em conformidade; NC - Não-conformidade
Atendimento ao item: P - Parcial; T - Total

Assinatura do produtor:

Assinatura do técnico: